



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2013

I. MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

A Administração da CESP - Companhia Energética de São Paulo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

A CESP iniciou o ano de 2013 sob os efeitos da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 14/01/2013). Por esta Medida Provisória o Governo Federal, na condição de Poder Concedente, ofereceu à CESP a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das usinas de Ilha Solteira e Jupiaí, vencíveis em 2015, desde que aceitas determinadas condições de comercialização da energia dessas usinas. Adicionalmente, o mesmo tratamento foi estendido para a Usina Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão havia ocorrido em novembro de 2011.

Os acionistas da CESP, reunidos em assembleia realizada em 03 de dezembro de 2012, decidiram pela não renovação das concessões na forma oferecida pela MP. Com essa decisão, a CESP continuará a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupiaí até o termo final da concessão, o que se dará em julho de 2015.

Para a Usina Três Irmãos, o Ministério de Minas e Energia tomou providências para determinar que a energia daquela usina - 217,5 megawatts médios - fosse alocada ao regime de cotas. Portanto, desde 18 de abril de 2013 a CESP não mais detém a operação comercial da usina sob o regime de preços, e vem operando e mantendo a usina em caráter provisório e temporário. Pela operação e manutenção temporária, a CESP recebe uma receita suficiente para cobrir os custos incorridos.

As Usinas de Porto Primavera (vencimento da concessão em maio de 2028), Paraibuna (março de 2021) e Jaguari (maio de 2020) não foram abrangidas pela MP nº 579 e continuarão a ser operadas normalmente pela CESP.

A Administração da CESP entende que, nos termos de seu Contrato de Concessão, a Companhia tem direito de ser indenizada pelo valor dos ativos ainda não depreciados relativos à Usina Três Irmãos. Esta indenização ainda não foi paga pelo Poder Concedente e há divergências entre o valor que a CESP tem registrado e o valor calculado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE para fins de indenização. Em vista da discrepância de valores, e cumprindo as normas internacionais de contabilidade, a CESP provisionou a diferença e continuará a discutir os seus direitos judicialmente, caso necessário. O registro desta provisão é responsável pelo prejuízo que a CESP apresenta em sua Demonstração de Resultados referente ao exercício de 2013.

Neste ano de 2013 entraram em vigor novas práticas contábeis referentes ao tratamento dado aos fundos de pensão. Desta maneira, as Demonstrações Financeiras de 2012 foram refeitas e estão sendo apresentadas de forma retificada para permitir adequada comparabilidade com os números do exercício de 2013.

No que se refere ao desempenho e à gestão da Companhia, neste exercício a Receita Operacional Líquida teve um crescimento de 16,4% em relação ao ano anterior, enquanto os custos e as despesas operacionais apresentaram redução de 11,4%, o que propiciou uma geração de caixa, medida pelo método EBITDA Ajustado, de R\$ 2.663,9 milhões em 2013, sendo 27,7% superior ao de 2012.

Considerando a realização de reservas e os ajustes de avaliação patrimonial, a CESP está oferecendo a seus acionistas um resultado positivo bastante significativo como dividendos, conforme se encontra expresso na Nota Explicativa 24.6 - Destinação do Resultado, nos termos da Proposta que seu Conselho de Administração está levando à deliberação dos Senhores Acionistas em Assembleia Geral prevista para o próximo dia 25 de abril.

II. A CESP E SEU MERCADO

A CESP possui um parque gerador exclusivamente hidráulico, formado por cinco usinas hidrelétricas: Ilha Solteira (3.444 Megawatts - MW), Engenheiro Souza Dias (Jupiaí - 1.551,2 MW), Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera - 1.540 MW), Paraibuna (87,02 MW) e Jaguari (27,6 MW), totalizando 6.649,82 MW de capacidade instalada. A UHE Três Irmãos (807,5 MW) passou a ser operada sob o regime de cotas de garantia física a partir de 18 de abril de 2013.

Esta capacidade instalada lhe atribuiu 3.772,5 MW médios de garantia física, já deduzida a garantia física da UHE Três Irmãos a partir de 18 de abril de 2013. Este montante constituiu a quantidade de energia que a CESP pôde comercializar contratualmente como participante do Mecanismo de Realocação de Energia (mecanismo de compartilhamento do risco hidrológico que está associado à otimização do sistema hidrotérmico realizada por meio de um despacho centralizado).

Nesse contexto, a CESP comercializa sua energia nos seguintes mercados:

Ambiente de Contratação Regulado - ACR: mediante os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) firmados com distribuidoras.

Ambiente de Contratação Livre - ACL: mediante os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCEs) de curto, médio e longo prazo, negociados com as empresas comercializadoras, geradoras e consumidores livres.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: onde as diferenças entre a energia produzida, a garantia física e a energia contratada são contabilizadas e liquidadas financeiramente.

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A produção de energia elétrica das usinas da CESP é programada e executada de acordo com os Procedimentos de Rede e sob a coordenação do ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, garantindo-se a preservação de seus ativos e o cumprimento de suas obrigações sociais e ambientais. A busca da eficiência na produção se baseia na associação dos recursos fundamentais de disponibilidade, recursos hídricos e oportunidades de alocação de produção no Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 2013, a CESP produziu 3.961 MW médios (5% acima de sua garantia física) que corresponderam a aproximadamente 7% da energia elétrica gerada no Brasil, contemplada a produção da UHE Três Irmãos até 17 de abril daquele ano.

Em MW médio	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Produção	4.683	4.547	4.674	4.687	4.822	3.961
Garantia Física	3.916	3.916	3.916	3.916	3.916	3.773

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

A garantia física da CESP no ano de 2013 (3.772,5 MW médios), após a dedução do consumo interno das usinas e das perdas até o centro de gravidade do sistema, resultou numa garantia física líquida de 3.671 MW médios. Essa garantia física líquida foi comercializada (i) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, com 44 empresas distribuidoras e (ii) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, negociados com 14 clientes livres, 13 comercializadoras e 2 geradoras. As diferenças entre a energia produzida, a garantia física e a energia contratada foram contabilizadas e liquidadas na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADO - ACR

Em 2013, a CESP destinou às distribuidoras de energia elétrica o montante de 1.602 MW médios, o que representou uma participação de 48,9% do total comercializado em contratos no ano.

Em relação ao ano de 2012, houve uma redução nas vendas no Ambiente de Contratação Regulada - ACR em 34,2%, devido ao vencimento dos contratos do primeiro produto do leilão de energia existente (2005-2012) e impactada pelas devoluções das distribuidoras via Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit - MCS D, além do encerramento dos contratos das distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano supridas pela CESP.

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE - ACL

Nesse segmento de mercado, em 2013 a parcela de energia referente aos contratos de venda de energia de curto, médio e longo prazo correspondeu a 1.678 MW médios, constituindo uma participação de 51,1% do montante total comercializado em contratos no ano.

Em comparação ao ano de 2012, houve um aumento nas vendas no Ambiente de Contratação Livre - ACL de 25,3% devido à disponibilidade de energia elétrica para venda pela CESP após o encerramento dos CCEARs referentes ao leilão de 2005.

RESULTADOS DA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Em 2013, a CESP comercializou em contratos 3.280 MW médios, considerando o critério medido, o que significou uma redução de 12,9% em relação ao ano de 2012. Para atendimento ao SIN - Sistema Interligado Nacional, liquidou sobras e energia secundária na CCEE equivalentes a 318 MW médios de energia no mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, e forneceu 243 MW médios de energia ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE ao preço da Tarifa de Energia de Otimização - TEO.

FATURAMENTO

O faturamento da CESP com a comercialização de energia foi de R\$ 4.417 milhões, sendo R\$ 3.487 milhões em contratos bilaterais nos ambientes de contratação regulada e livre, R\$ 869 milhões na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e R\$ 60 milhões pela operação e manutenção da UHE Três Irmãos sob o regime de cotas de garantia física.

Esse resultado com a venda de energia representou um aumento de 15,7% sobre os R\$ 3.816 milhões auferidos no ano de 2012.

Adicionalmente, houve R\$ 2,4 milhões em receitas de contratos de prestação de serviços e R\$ 1,4 milhões de outras receitas.

RECEITAS OBTIDAS NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA - ACR:

A CESP faturou R\$ 1.629 milhões em CCEAR - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado com 36 distribuidoras.

Esse faturamento total no ACR representa uma redução de 23,3% sobre o verificado no ano de 2012 e é devido ao vencimento dos contratos do primeiro produto do leilão de energia existente (2005-2012).

RECEITAS OBTIDAS NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE - ACL:

Neste ambiente, o faturamento total correspondeu a R\$ 1.858 milhões em contratos bilaterais de longo, médio e curto prazos, onde foram atendidos 29 clientes, sendo 14 consumidores livres, 13 comercializadoras e 2 geradoras.

O faturamento no ACL apresentou um importante crescimento de 46,0% sobre o verificado no ano de 2012, influenciado tanto pelo comportamento do PLD no ano como pelo aumento da participação do ACL na carteira de contratos da CESP.

RECEITAS OBTIDAS COM A ENERGIA LIQUIDADADA NA CCEE:

A Companhia operou com um montante de energia descontratada variável durante 2013 e se beneficiou pelo alto preço da energia no mercado "spot" - PLD na CCEE que em 2012 foi de R\$ 166,69 e em 2013 atingiu R\$263,07.

A receita obtida pela Companhia na CCEE totalizou R\$ 869 milhões, incluindo o Mercado de Curto Prazo - MCP e o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, aumento de 152,6% sobre o verificado no ano de 2012.

III. SISTEMA ELÉTRICO DA CESP

A CESP tem garantido o atendimento dos compromissos comerciais da Companhia, conciliando-o às exigências regulatórias de Disponibilidade (Resolução ANEEL nº 688/2003) e Sistêmicas (necessidades de geração para atender à demanda sistêmica), dentro de princípios de economicidade.

A eficiência das usinas do SIN - Sistema Interligado Nacional é apurada pelo ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico por meio do Índice de Disponibilidade (ID), calculado por meio da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada Apurada (TEIFa) e da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada (TEIP) definidas pela ANEEL.

A CESP tem superado os valores de referência estabelecidos pela ANEEL para as suas usinas, cuja média ponderada para o ID (determinada com base na garantia física) é de 0,896. Em 2013, o valor apurado foi 0,925, o mesmo valor apurado em 2012.

Com relação à Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada apurada (TEIFa), que expressa a confiabilidade operacional, a CESP tem superado o valor de referência de 0,0252 medido através da média ponderada dos valores de referência estabelecidos pela ANEEL para as usinas. Em 2012, o valor apurado foi 0,0095, e em 2013, foi 0,0101.

IV. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A CESP, ciente da responsabilidade que lhe cabe, tem buscado alinhar-se ao esforço de contribuir com o avanço das práticas sustentáveis, tendo incorporado ao seu cronograma de trabalho atividades sintonizadas com essa temática. Dentre elas, merecem destaque:

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

A CESP é signatária da Declaração Internacional sobre Produção Mais Limpa do PNUMA tendo encaminhado o seu Plano Preliminar de Implementação, especificando as ações pelas quais planeja tornar concretos os princípios da Declaração, o princípio da "Liderança", da "Conscientização, Educação e Formação", da "Integração", da "Pesquisa e Desenvolvimento" e o princípio da "Transparência".

ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial

A CESP esteve presente na carteira do ISE da BM&FBOVESPA nos últimos anos e permaneceu para o ano de 2014, o que confirma o compromisso da Companhia com as questões ambientais e sociais e demonstra seu comprometimento com a sustentabilidade.

Driving Sustainable Economies

Desde 2007, a CESP responde o questionário do *Driving Sustainable Economies* antigo *Carbon Disclosure Project (CDP)*, o que colaborou para a reflexão sobre o tema "alterações climáticas" na Companhia. O Programa de Mudanças Climáticas e Sequestro de Carbono, a tradição na publicação anual do inventário de gases de efeito estufa (GEE), a gestão das oportunidades e os projetos de pesquisa e desenvolvimento, são os pontos de destaque em mudanças climáticas.

A CESP é uma Companhia de baixa intensidade de carbono, que produz energia elétrica exclusivamente a partir de usinas hidrelétricas, em bacias hidrográficas consideradas de baixa influência frente às mudanças climáticas e com potenciais oportunidades em uma futura economia de baixo carbono.

Ecotime

Os Ecotimes são grupos multidisciplinares, compostos por colaboradores de diversas áreas da CESP, cujo propósito é contribuir com o aprimoramento de alguns processos ambientais presentes na Companhia. No ano de 2012, com a formação dos grupos de Porto Primavera e na sede administrativa, todas as unidades da Companhia passaram a possuir seus respectivos Ecotimes. A atuação destes grupos tem priorizado os seguintes temas: saúde e segurança do trabalho (em parcerias com as CIPAs - Comissões Internas de Prevenção de Acidentes); consumo consciente de água e energia; gestão de resíduos sólidos; realização de campanhas para reciclagem e doação de calçados, óleo vegetal, entre outros materiais.

Relatório de Sustentabilidade

O Relatório de Sustentabilidade da CESP, elaborado em base às diretrizes GRI (*Global Reporting Initiative*), padrão internacional em relatórios de sustentabilidade, manteve o nível B+ de aderência à metodologia acima mencionada. O relatório é uma iniciativa que visa aproximar cada vez mais a Companhia de suas partes interessadas por meio da divulgação do compromisso com o desenvolvimento sustentável.

	2013	2012				
	R\$ Mil	R\$ Mil				
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)	3.904.102	3.354.000				
Lucro operacional bruto (LOB)	2.554.728	1.789.650				
Folha de pagamento bruta (FPB)	237.754	220.536				
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	8.992	3,78%	0,23%	8.532	3,87%	0,25%
Encargos sociais compulsórios	48.085	20,22%	1,23%	50.622	22,95%	1,51%
Previdência privada	9.768	4,11%	0,25%	8.877	4,03%	0,26%
Saúde	14.224	5,98%	0,36%	13.063	5,92%	0,39%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.078	0,45%	0,03%	718	0,33%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	30	0,01%	0,00%	46	0,02%	0,00%
Outros	21	0,01%	0,00%	128	0,06%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	82.208	34,58%	2,11%	81.986	37,18%	2,44%
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	3.508	0,14%	0,09%	3.459	0,19%	0,10%
Cultura	6.033	0,24%	0,15%	4.940	0,28%	0,15%
Esporte	1.344	0,05%	0,03%	550	0,03%	0,02%
Outros	184.854	7,24%	4,73%	208.615	11,66%	6,22%
Total das contribuições para a sociedade	195.739	7,66%	5,01%	217.564	12,16%	6,49%
Tributos (excluídos encargos sociais)	737.980	28,89%	18,90%	596.102	33,31%	17,77%
Total - Indicadores sociais externos	933.719	36,55%	23,92%	813.666	45,47%	24,26%
4 - Indicadores Ambientais	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa	27.425	1,07%	0,70%	19.552	1,09%	0,58%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	4.508	0,18%	0,12%	6.365	0,36%	0,19%
Total dos investimentos em meio ambiente	31.933	1,25%	0,82%	25.917	1,45%	0,77%
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2013	2012				
Nº de empregados(as) ao final do período	1.038	1.283				
Nº de admissões durante o período	14	23				
Nº de estagiários(as)	20	21				
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	750	955				
Nº de mulheres que trabalham na empresa	150	189				
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	8,33%	11,11%				
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	222	263				
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,67%	1,59%				
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	12	13				
6 - Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2013 Valor (Mil reais)	Metas 2014				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	20,43	20				
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção e gerências	(X) direção e gerências				
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) todos(as) + Cipa	(X) todos(as) + Cipa				
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	(X) segue as normas da OIT	(X) seguirá as normas da OIT				
A previdência privada contempla:	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)				
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)				
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(X) são exigidos	(X) serão exigidos				
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(X) organiza e incentiva	(X) organizará e incentivará				
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2013 1.549.548	Em 2012 2.205.455				
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	% sobre o Total	% sobre o Total				
Governo	51%	29%				
Colaboradores	13%	8%				
Acionistas	-13%	23%				
Terceiros	49%	40%				
Retido	0%	0%				
7 - Outras informações						
A distribuição do valor adicionado não contempla o ajuste ao lucro, e consequente revisão do valor do resultado a ser distribuído aos acionistas.						

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2013

VII. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Lei Federal nº 9.991, de 24 de julho de 2000, determina a aplicação de 1% (um por cento) da receita operacional líquida anual em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), conforme dispõe a Subcláusula Oitava da Cláusula Sexta do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 003/2004 - ANEEL/CESP.

Para atendimento a esses dispositivos, a CESP recolheu em 2013, a título de Pesquisa e Desenvolvimento, R\$ 15,6 milhões ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e R\$ 7,8 milhões ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Ainda em complemento a esses dispositivos, a CESP mantém um Programa de P&D que, desde o seu início, já investiu cerca de R\$ 52,6 milhões em 68 projetos próprios e 12 estratégicos para o setor elétrico:

- 68 Projetos Próprios, dos quais 37 foram encerrados e 31 continuam em andamento;
- 12 Projetos Estratégicos, sendo que 6 encontram-se em andamento e 6 finalizados.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2013 a CESP realizou Workshops para avaliar propostas de projetos visando compor sua Carteira de Investimentos em P&D do exercício. Dos projetos próprios aprovados, quatro tiveram sua execução iniciada no decorrer de 2013, totalizando um investimento de R\$ 7,06 milhões.

VIII. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Desde julho de 2006 a CESP integra o Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, que se constitui em um conjunto de regras que disciplina as relações entre o acionista controlador, o Conselho de Administração, a diretoria executiva, demais acionistas e, em especial, o mercado financeiro que é provido de informações com qualidade, agilidade e transparência. Além dos procedimentos exigidos pelo Nível 1 de governança corporativa, a CESP adotou, adicionalmente, as seguintes práticas de governança corporativa, incorporadas ao seu Estatuto Social:

- Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA para dirimir dúvidas de caráter societário;
- "Tag Along" - Direito aos acionistas detentores de ações preferenciais classe B (CESP 6) ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago ao acionista controlador, na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- Conselho de Administração composto por 20% de conselheiros independentes.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A CESP dispõe de uma área de relações com investidores (RI) que coordena a distribuição das informações ao mercado financeiro em geral, investidores, analistas de mercado, instituições financeiras, órgãos reguladores e fiscalizadores, por meio das teleconferências dos resultados trimestrais, reunião pública anual, "website" corporativo, módulo do RI (<http://ri.cesp.com.br>); "e-mail" ri@cesp.com.br e "mailing list". No decorrer de 2013 foram realizados cerca de 70 eventos com analistas de mercado e investidores.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pela orientação superior da Companhia, e pelo estabelecimento das políticas e diretrizes gerais dos seus negócios, incluindo a estratégia de longo prazo. De acordo com o Estatuto Social, o Conselho de Administração deve ser composto por no mínimo 3 e no máximo 15 membros, eleitos para mandato de 2 anos, sendo 20% de conselheiros independentes e um membro representante dos empregados. Em 2013, o Conselho de Administração esteve composto por dez membros. O Conselho reúne-se formalmente pelo menos uma vez ao mês.

DIRETORIA

A Diretoria, com reuniões semanais, é integrada por cinco membros sendo um diretor presidente e os demais responsáveis por suas áreas de atuação: Geração de Energia Elétrica, Engenharia e Construção, Administração, Finanças e Relações com Investidores.

O Diretor Presidente integra o Conselho de Administração mediante eleição da Assembleia Geral, não podendo exercer a Presidência do Conselho.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é constituído por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos anualmente em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, sendo dois representantes dos acionistas minoritários. O mandato dos Conselheiros Fiscais é unificado de um ano, podendo ser reeleitos. As reuniões do Conselho Fiscal ocorrem pelo menos uma vez ao mês.

CÓDIGO DE CONDUTA

A CESP implantou seu Código de Conduta em 2008, tendo introduzido canais de comunicação por meio dos quais são recebidas as representações que são submetidas ao Comitê de Conduta. É do Comitê de Conduta a tarefa de analisar os pedidos de supostas violações ao referido Código que, se constatadas, são remetidos à Alta Administração para aplicação das medidas julgadas pertinentes.

POLÍTICA SOCIAL EMPRESARIAL

A Política Social Empresarial da Companhia está baseada em 8 princípios e 10 diretrizes que fundamentam as práticas consagradas na Companhia. Torna explícito o compromisso da CESP com a garantia dos direitos humanos, valorização da diversidade, proibição do trabalho infantil e com a responsabilidade social empresarial. Essas práticas são fatores importantes de competitividade para os negócios da Companhia, na relação com os acionistas, credores, clientes, empregados, parceiros, colaboradores e comunidade, governo e sociedade em geral.

POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO PRÓPRIA

Em 2011, o Conselho de Administração aprovou a Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão Própria, que estabelece as regras pelas quais as pessoas vinculadas, definidas na Política, devem se pautar para negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia.

POLÍTICA DE DIVIDENDOS

O Conselho de Administração aprovou, também em 2011, a Política de Dividendos, que define os períodos e os critérios adotados para o pagamento de dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio. A Política está baseada nas regras do Estatuto Social e enfatiza o papel do Conselho de Administração na condução dessa Política.

POLÍTICA DE CONVERSÃO DE AÇÕES PNA

O Conselho de Administração aprovou, em 10/12/2013, a Política de Conversão de Ações PNA, que define os períodos e os critérios adotados para a conversão das ações preferenciais classe "A". A Política está baseada nas regras do artigo 5º do Estatuto Social e tem por objetivo estabelecer as regras que deverão ser observadas para a conversão das ações preferenciais classe "A" (PNA) em ações ordinárias (ON) e/ou em ações preferenciais classe "B" (PNB).

GESTÃO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos corporativos é constituída pelo Comitê de Riscos, Coordenadoria de Gestão de Riscos e Gestores Descentralizados de Risco.

Comitê de Riscos

Coordenado pela Presidência e composto pelos diretores e gerentes da Coordenadoria Executiva da Presidência e do Departamento de Auditoria Interna, o Comitê orienta a administração na definição das diretrizes e estratégias para a gestão, avaliação e controles de riscos, acompanhamento dos planos de ação apresentados pelos gestores da Companhia, bem como no direcionamento das atividades realizadas pela Coordenadoria de Gestão de Riscos.

Coordenadoria de Gestão de Riscos

Compete à Coordenadoria gerenciar as ações para identificação, avaliação e monitoramento dos riscos e comunicação periódica ao Comitê de Riscos. Compete, ainda, orientar os gestores da Companhia quanto à metodologia de autoavaliação de controle, visando garantir a eficiência dos controles que mitiguem os riscos mapeados, bem como assessorar a Presidência, Comitê de Riscos e demais "stakeholders" em assuntos relacionados à gestão de riscos e controles.

Gestor Descentralizado de Riscos

É formado por representantes indicados pelas diretorias. Os Gestores de Riscos Descentralizados auxiliam os gerentes das diversas áreas da corporação na identificação, avaliação, controle, monitoramento aos riscos inerentes aos objetivos em suas esferas de responsabilidades, atentando quanto a execução. Compete aos gestores, posicionarem periodicamente à Coordenadoria de Gestão de Riscos e sua Diretoria de subordinação sobre os riscos e controles inerentes a responsabilidade de sua atuação.

OUVIDORIA

A CESP, integrando-se ao Sistema das Ouvidorias do Governo do Estado de São Paulo, disponibiliza em seu "website" um canal de relacionamento com a finalidade de acolher, esclarecer e responder toda e qualquer manifestação de interesse do cidadão dentro da Companhia. Atua como instância final na sua defesa, inclusive provocando ações de transformação interna visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Companhia. Em 2013, a Ouvidoria da CESP registrou 113 manifestações. Entre as principais manifestações recebidas, destacaram-se as orientações e esclarecimentos de dúvidas relativas a assuntos de recursos humanos, tais como, solicitações de documentos por ex-empregados e busca por orientações sobre benefícios da Fundação CESP. Foram 86 manifestações, o que representou cerca de 76% da demanda da Ouvidoria. Foram registrados também pedidos de esclarecimentos sobre assuntos relativos à área de Patrimônio da Companhia, como escritura de imóveis, interesse por casas construídas pela CESP e assuntos referentes ao uso e ocupação das bordas de reservatórios. Algumas manifestações classificadas como "Reclamação", as quais são reincidentes, relacionam-se à insatisfação com as empresas de Distribuição de Energia Elétrica, tais como oscilação e queda de energia e a queima de aparelhos eletrodomésticos. Nestes casos, a Ouvidoria informa que o negócio da CESP é a Geração de Energia Elétrica e direciona o cidadão para as concessionárias de distribuição.

IX. MERCADO DE CAPITAIS

A situação econômica financeira da CESP não exigiu que a Companhia recorresse, em 2013, ao mercado de capitais em busca de captações.

Em 2013 a CESP liquidou, em agosto, a série 7 dos Bonus de Médio Prazo, no valor de US\$ 220 milhões. A amortização de dívidas da Companhia totalizou R\$ 1.549,5 milhões de principal e juros, sendo R\$ 801,9 milhões em moeda nacional e R\$ 747,6 milhões em moeda estrangeira.

O Exigível Total apresentou redução de 16,5%, passando de R\$ 7.009,9 milhões em 2012 para R\$ 5.855,4 milhões em 2013.

As disponibilidades da Companhia ao final do exercício de 2013 atingiram R\$ 839,6 milhões, um aumento de 63,5% se comparado ao exercício de 2012.

Em 18 de abril de 2013 a Standard & Poor's elevou os "ratings" de crédito corporativo da Companhia, de "BB" para "BB+" na escala global e de "brAA-" pra "brAA+" na escala nacional. De acordo com o comunicado da S&P, os fluxos de caixa futuros são menos incertos após a decisão da CESP de não renovar os contratos de concessão para as usinas hidrelétricas de Jupia, Ilha Solteira e Três Irmãos, resultando em um melhor perfil de risco financeiro.

Na mesma linha, em 14 de Fevereiro de 2014 a Moody's Investors Service elevou o "rating" de crédito da CESP de Baa1 para Baa3, colocando-a em grau de investimento.

AÇÕES DA CESP NA BM&FBOVESPA

Após um difícil ano de 2012, em que as cotações das ações do setor elétrico sofreram os efeitos da Medida Provisória nº 579, no ano de 2013 as ações da CESP recuperaram-se parcialmente em virtude, principalmente, da decisão da não renovação antecipada das concessões e dos bons preços de energia no mercado de curto prazo.

Assim, as ações Preferenciais Classe B (CESP6) que representam 64,3% do capital total da Companhia e que são as mais negociadas, tiveram uma valorização de 15,6% no ano de 2013, com cotação ao final do exercício de R\$ 22,42. As ações Ordinárias (CESP3), que representam 33,3% do capital, encerraram o ano com valorização de 20,6%, cotadas a R\$ 19,90. As Preferenciais Classe A (CESP5), que representam 2,4% do capital, apresentaram alta de 19,4% e foram negociadas a R\$ 22,18, no último dia do ano.

O IEE - Índice de Energia Elétrica encerrou o ano de 2013 com queda de -8,8% e o IBOVESPA também apresentou desvalorização de -15,5%.

X. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

A Companhia efetuou ajustes nas demonstrações financeiras de 2012 para permitir adequada comparação com o exercício de 2013, em decorrência das alterações introduzidas pelo CPC 33 (Revisão 1) Benefícios a Empregados (Nota 5). A rubrica Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS19 de 2012 apresenta, agora, receita de R\$ 14.114 mil ante despesa de R\$ 342.202 mil na demonstração de resultado originalmente divulgada em 2012. Sob este contexto, a Companhia apresenta o comentário de desempenho do exercício de 2013.

A partir do 2º trimestre de 2013, a Companhia registra dois tipos de receita: (i) a receita tradicional como geradora, baseada nos preços e quantidades de energia vendida nos ambientes: livre, regulado e na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (ii) a receita transitória como operadora, instituída pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521, de 30 de abril de 2013, decorrente da venda de energia para o mercado regulado, pelo Regime de Cotas, referente ao empreendimento Três Irmãos, a partir de 18 de abril de 2013. A CESP terá a receita de Três Irmãos pelo Regime de Cotas enquanto for a responsável pela operação da usina.

As receitas operacionais no ano de 2013 alcançaram R\$ 4.420,6 milhões, com crescimento de 15,7% em relação a 2012, resultado obtido, principalmente, pela (i) realocação, no mercado livre, a preços melhores, de volumes de energia anteriormente contratados com o mercado regulado, vendidos no leilão de dezembro de 2004 em contratos de 8 anos que venceram em dezembro de 2012, e (ii) pela liquidação, na CCEE, de parte dessa energia (descontratada) a Preços de Liquidação das Diferenças - PLD's, praticados em 2013, superiores aos de 2012 (Notas 25.2 e 25.3).

As deduções à receita operacional totalizaram R\$ 516,5 milhões, com aumento de 10,9% em relação a 2012.

O Custo do Serviço de Energia Elétrica totalizou R\$ 1.349 milhões, com redução de 13,7%, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica e Custo com Operação (Nota 26).

O Custo com Energia Elétrica decresceu 25,9%, com redução, principalmente, pela inexistência de despesa com compra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que em 2012 foi de R\$ 142,5 milhões; redução na Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, pela diminuição da produção de energia comandada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; e decréscimo em Encargos do Sistema de Transmissão, pela redução das tarifas em 2013.

O Custo com Operação reduziu 4,1%, principalmente, em decorrência da redução da despesa de depreciação pelo término da exploração econômica da UHE Três Irmãos pelo regime de preço; a Companhia calculou a depreciação da usina até abril de 2013 e transferiu o valor residual contábil do ativo imobilizado para a conta de Ativo disponível para reversão, no ativo não circulante (Nota 32). Houve, ainda, reduções nas rubricas Pessoal, Material e Serviço de Terceiros, por gestão interna, em contraposição à constituição de provisão para o Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA, registrada em setembro de 2013, e na rubrica Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19.

A combinação das receitas e dos custos possibilitou à CESP apresentar um Lucro Operacional Bruto de R\$ 2.554,7 milhões no exercício de 2013, representando um aumento de 42,8% em relação ao exercício anterior.

As Despesas Gerais e Administrativas mantiveram-se em linha enquanto as Outras Despesas Operacionais aumentaram pelo incremento em provisões para riscos legais de natureza trabalhista em contraposição à redução em provisões para perdas estimadas de créditos.

Em reuniões realizadas no quarto trimestre de 2013, a Administração e os técnicos da Companhia discutiram com o Ministério de Minas e Energia - MME e Empresa de Pesquisa Energética - EPE, a composição e comparação dos valores, para fins de indenização, da UHE Três Irmãos. Para o Poder Concedente, o valor de indenização é R\$ 1.717,4 milhões. De acordo com os seus fundamentos, a Companhia entende que, nos termos do seu Contrato de Concessão, têm o direito de receber o montante registrado de R\$ 3.529,1 milhões e continuará a discutir os seus direitos judicialmente, caso necessário. Assim e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, foi constituída provisão de R\$ 1.811,7 milhões (valor controverso), ajustando o valor de indenização, até que ocorra o desfecho deste processo. O ajuste do recebível referente à UHE Três Irmãos promoveu o aumento verificado na rubrica Outras (Despesas) Receitas Líquidas (Notas 26 e 32), afetando o Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro.

Em decorrência das receitas e despesas operacionais em 2013, o EBITDA Ajustado pela provisão referente à UHE Três Irmãos (não caixa) totalizou R\$ 2.663,9 milhões, representando um aumento de 27,7% quando comparado ao exercício anterior, conforme adiante demonstrado.

O Resultado Financeiro registrou R\$ 422,1 milhões negativos (redução de 26,8% - Nota 27). As Receitas Financeiras tiveram crescimento de 182,8% e alcançaram R\$ 131,1 milhões, pelo aumento em rendimentos de aplicações financeiras e atualizações sobre compras de moeda estrangeira. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras registraram redução de 28,2%, totalizando R\$ 258,9 milhões. As Variações Monetárias líquidas refletiram a redução do endividamento em moeda nacional e encerraram o exercício em R\$ 132,4 milhões (decréscimo de 15,6%). As Variações Cambiais líquidas alcançaram R\$ 161,8 milhões, decorrentes da desvalorização de 14,6% do Real frente ao Dólar norte-americano, bem como da liquidação das Notas de Médio Prazo Série 7, valor de principal de US\$ 220 milhões, em 9 de agosto de 2013.

A Companhia registrou um Prejuízo antes dos Impostos de R\$ 251,8 milhões. Após a apropriação da despesa com Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o lucro fiscal tributável e pela reversão de impostos diferidos (passivo), relativos principalmente à UHE Três Irmãos, conforme Notas 28 e 32, a Companhia encerrou o exercício de 2013 com Prejuízo de R\$ 195,3 milhões.

A Nota Explicativa 24.6 contempla a proposta da Administração, demonstrada a partir do prejuízo do exercício de R\$ 195,3 milhões, somadas às movimentações decorrentes das realizações da reserva de lucros a realizar de R\$ 170,1 milhões, do ajuste de avaliação patrimonial sobre a depreciação no valor de R\$ 182,8 milhões e sobre a provisão UHE Três Irmãos no valor de R\$ 834,4 milhões, bem como saldo de lucros acumulados ajustados de 2012 de R\$ 163,7 milhões, e da constituição de reserva estatutária de R\$ 111,6 milhões, que resulta na distribuição de resultados de R\$ 1.044 milhões, dos quais serão deduzidos R\$ 196 milhões, já pagos a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Em relação aos indicadores econômico-financeiros, a Companhia apresentou uma sensível melhora, com incremento na Liquidez, Preço Médio Geral e Margem Operacional, bem como redução no Endividamento do Ativo e Participação de Capital de Terceiros.

Indicadores Econômico-Financeiros

Retorno	2013	2012	Var.
Preço Médio Geral - R\$ por MWh	134,90	92,29	46,2%
Margem Operacional (%).....	56,6%	44,3%	27,7%
Variação do Dólar (%).....	14,64%	8,94%	63,8%
Liquidez/Endividamento/VPA	2013	2012	Var.
Endividamento do Ativo	0,39	0,42	-7,0%
Participação de Capital de Terceiros	0,63	0,71	-11,4%
Liquidez Corrente	1,18	0,60	95,8%
Valor Patrimonial da Ação (R\$).....	28,45	30,17	-5,7%

Demonstração do LAJIR (EBIT)/LAJIDA (EBITDA) - Instrução CVM nº 527, de 14 de outubro de 2012

	2013	2012	Var.
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício.....	(195.346)	504.298	-138,7%
Imposto de renda e Contribuição social	(56.488)	230.171	-124,5%
Resultado financeiro	422.082	576.633	-26,8%
= EBIT/LAJIR	170.248	1.311.102	-87,0%
Depreciação.....	681.939	775.329	-12,0%
= EBITDA/LAJIDA	852.187	2.086.431	-59,2%
Provisão ativo contingente - UHE Três Irmãos.....	1.811.718	-	nm
= EBITDA/LAJIDA AJUSTADO	2.663.905	2.086.431	27,7%

XI. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e com o previsto no Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003, de 20 de março de 2003, a CESP esclarece que a empresa Ernst & Young Auditores Independentes, no exercício de 2013, prestou a esta Companhia, exclusivamente, serviços de auditoria.

A Administração da CESP entende e declara que esses serviços foram prestados com pleno atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - POSIÇÃO FINANCEIRA EM (Valores em milhares de reais)

ATIVO					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Nota	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012		Nota	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	6	839.649	513.525	435.112	Fornecedores.....		21.907	20.619	38.071
Valores a receber.....	7	530.195	389.189	400.211	Empréstimos e financiamentos.....	13	193.781	703.789	425.906
Provisão para perda estimada de créditos	8	(58.916)	(46.895)	(22.308)	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	14	287.708	287.581	282.771
Tributos e contribuições sociais compensáveis	9	39.491	6.656	14.643	Valores a pagar	15	-	46.391	41.043
Cauções e depósitos vinculados	11	-	65.750	-	Tributos e contribuições sociais	17	51.649	61.672	109.196
Almoarifado		34.964	33.804	41.802	Entidade de previdência a empregados	19	-	30.954	-
Outros créditos	10	79.027	111.536	97.840	Energia comprada - CCEE		-	100.084	-
Despesas pagas antecipadamente		6.989	1.672	1.963	Taxas regulamentares/Encargos uso do sistema de transmissão.....	20	133.807	87.411	90.243
		1.471.399	1.075.237	969.263	Dividendos e juros sobre capital próprio.....	24.6	402.162	271.684	390.790
NÃO CIRCULANTE					NÃO CIRCULANTE				
Cauções e depósitos vinculados	11	601.141	628.201	462.039	Obrigações estimadas e folha de pagamento		32.294	34.931	34.717
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	18	297.573	-	-	Obrigações socioambientais.....	22.1	12.418	24.163	24.145
Outros créditos	10	6.426	4.868	19.539	Outras obrigações	22.2	115.401	120.818	162.676
Despesas pagas antecipadamente		4.213	-	-			1.251.127	1.790.097	1.599.558
Investimentos.....		-	-	8.172	NÃO CIRCULANTE				
Ativo disponível para reversão.....	32	1.717.362	-	-	Empréstimos e financiamentos.....	13	1.569.012	1.763.999	2.223.375
Imobilizado.....	12	11.076.739	15.181.566	15.841.006	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	14	496.736	714.948	911.587
		13.703.454	15.814.635	16.330.756	Valores a pagar	15	-	76.384	108.630
					Tributos e contribuições sociais	17	-	7.170	25.538
					Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	18	-	177.927	243.840
					Entidade de previdência a empregados	19	62.915	275.916	5.547
					Taxas regulamentares/Encargos uso do sistema de transmissão.....	20	33.600	18.399	2.125
					Provisão para riscos legais.....	21	2.316.985	1.941.473	1.819.826
					Obrigações socioambientais.....	22.1	109.800	228.141	220.931
					Outras obrigações	22.2	17.292	15.481	21.295
							4.606.340	5.219.838	5.582.334
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social	24.1	5.975.433	5.975.433	5.975.433
					Reservas de capital	24.3	1.929.098	1.929.098	1.929.098

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores em milhares de Reais, exceto lucro por ação)			
	Nota	2013	Reapresentado 2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25.3	3.904.102	3.354.005
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com Energia Elétrica.....	26	(511.444)	(690.575)
Custo com operação.....	26	(837.930)	(873.780)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		2.554.728	1.789.650
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas.....	26	(256.127)	(259.956)
Outras despesas operacionais.....	26	(88.959)	(42.720)
Outras (despesas) receitas líquidas.....	26	(2.039.394)	(175.872)
		(2.384.480)	(478.548)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		170.248	1.311.102
Receitas financeiras.....	27	131.084	46.349
Despesas financeiras.....	27	(553.166)	(622.982)
RESULTADO FINANCEIRO	27	(422.082)	(576.633)
LUCRO/(PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(251.834)	734.469
Imposto de renda - corrente.....	28	(303.234)	(214.212)
Contribuição social - corrente.....	28	(115.778)	(81.512)
Imposto de renda diferido (ativo).....	18 e 28	(91.434)	(91.695)
Contribuição social diferida (ativo).....	18 e 28	(32.280)	(25.906)
Imposto de renda diferido (passivo).....	18 e 28	440.599	134.672
Contribuição social diferida (passivo).....	18 e 28	158.615	48.482
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social		56.488	(230.171)
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(195.346)	504.298
Lucro líquido/(prejuízo) básico e diluído por ação.....		(0,60)	1,54

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 2013 E 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	Nota	2013	Reapresentado 2012
Método Indireto			
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre a renda.....		(251.834)	734.469
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Depreciação.....	12	681.939	775.329
Juros, variações monetárias e cambiais.....	27	498.266	510.860
Provisão para perda estimada de créditos.....	8	12.021	24.587
Provisão para riscos legais.....	21	398.688	97.188
Provisão para desvalorização de investimentos.....	26.2	-	3.172
Baixa de investimentos.....		-	5.000
Baixa de ativo imobilizado.....	12	721	15.555
Provisão ativo contingente - UHE Três Irmãos.....	32	1.811.718	-
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19.....	19	25.109	(14.114)
Provisão/(reversão) para compromissos ambientais.....	26.2	(101.912)	32.634
Total de ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social:		3.074.716	2.184.680
Valores a receber.....	7	(141.006)	11.022
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	9	(32.835)	7.987
Almoxarifado.....		(1.160)	7.998
Despesas pagas antecipadamente.....		(9.530)	291
Cauções e depósitos vinculados.....	11	99.535	(226.283)
Outros créditos.....	10	30.951	975
Fornecedores.....		1.288	(17.452)
Outros tributos e contribuições sociais.....	17	(18.905)	(38.442)
Pagamentos à Entidade de previdência a empregados.....	19	(36.674)	(40.879)
Energia comprada - CCEE.....		(100.084)	100.084
Taxas regulamentares/Encargos uso do sistema de transmissão.....	20	61.597	13.442
Pagamentos de riscos legais.....	21	(44.229)	(35.092)
Pagamentos obrigações socioambientais.....	22.1	(29.371)	(27.966)
Obrigações estimadas e folha de pagamento.....		(4.687)	214
Outras obrigações.....		(9.295)	(52.634)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.840.311	1.887.945
Juros pagos de empréstimos e financiamentos.....	16.1	(208.553)	(226.614)
Imposto de renda e contribuição social pagos.....		(424.074)	(332.327)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.207.684	1.329.004
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:			
Aquisições para o Imobilizado.....		(85.860)	(71.893)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(85.860)	(71.893)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Empréstimos e financiamentos - captação.....	16.1	5.508	13.427
Empréstimos e financiamentos - amortização.....	16.1	(1.340.917)	(696.000)
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos.....		(460.291)	(496.125)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.795.700)	(1.178.698)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		326.124	78.413
(+) Saldo Inicial.....		513.525	435.112
(-) Saldo Final.....		839.649	513.525
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		326.124	78.413

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores em milhares de reais)			
	2013	2012	Reapresentado 2012
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício.....	(195.346)	504.298	504.298
Ajuste CPC 33/IAS 19.....	230.338	(356.316)	(356.316)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	34.992	147.982	147.982

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 2013 E 2012 (Valores em milhares de Reais)			
	2013	2012	Reapresentado 2012
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Receitas operacionais (Nota 25.3).....	4.420.604	3.819.891	3.819.891
Provisão para perda estimada de créditos.....	(12.021)	(24.587)	(24.587)
	4.408.583	3.795.304	3.795.304
Menos:			
Insumos			
Encargos de uso do sistema de transmissão/serviços do sistema.....	356.242	371.503	371.503
Energia comprada.....	-	142.464	142.464
Serviços de terceiros.....	102.672	111.792	111.792
Materiais.....	10.584	10.907	10.907
Outros custos operacionais.....	15.272	8.349	8.349
	484.770	645.015	645.015
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.923.813	3.150.289	3.150.289
Retenções			
Depreciação.....	681.939	775.329	775.329
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	3.241.874	2.374.960	2.374.960
TRANSFERÊNCIAS			
Receitas financeiras.....	131.084	46.349	46.349
Variações cambiais líquidas.....	(161.807)	(105.611)	(105.611)
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19.....	(25.109)	14.114	14.114
Imposto de renda e Contribuição social diferidos.....	475.500	65.553	65.553
	419.668	20.405	20.405
OUTRAS			
Provisão para riscos legais.....	(73.914)	(97.188)	(97.188)
Outras (despesas)/receitas líquidas.....	(2.038.080)	(92.722)	(92.722)
	(2.111.994)	(189.910)	(189.910)
TOTAL	1.549.548	2.205.455	2.205.455

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores em milhares de reais)								
Descrição	Capital Social	Reservas de Capital (Nota 24.3)	Ajuste de Avaliação Patrimonial (Nota 24.4)	Outros Resultados Abrangentes (Nota 19)	Reservas de Lucros (Nota 24.5)	Lucros Acumulados (Nota 24.6)	Dividendos Adicionais (Nota 24.6)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	5.975.433	1.929.098	1.748.153	-	465.443	-	-	10.118.127
Ajuste CPC 33 (R1) em 1 de janeiro de 2012 (Nota 5.1).....	-	-	-	192.557	-	(192.557)	-	-
Saldos em 1 de janeiro de 2012	5.975.433	1.929.098	1.748.153	192.557	465.443	(192.557)	-	10.118.127
Realização de ajuste de avaliação patrimonial.....	-	-	(199.463)	-	-	199.463	-	-
Lucro líquido ajustado do exercício (Nota 5.2).....	-	-	-	-	-	504.298	-	504.298
Ajuste CPC 33 (R1) em 31 de dezembro de 2012 (Nota 5.1).....	-	-	-	(356.316)	-	-	-	(356.316)
Proposta de Destinação:								
Reserva legal.....	-	-	-	-	7.399	(7.399)	-	-
Juros sobre capital próprio já distribuídos (1).....	-	-	-	-	-	(115.000)	-	(115.000)
Realização de reservas de lucros a realizar.....	-	-	-	-	(46.126)	46.126	-	-
Dividendos a distribuir - Nota 24.6 (2).....	-	-	-	-	-	(271.172)	-	(271.172)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5.975.433	1.929.098	1.548.690	(163.759)	426.716	163.759	-	9.879.937
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (depreciação).....	-	-	(182.800)	-	-	182.800	-	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (provisão UHE Três Irmãos).....	-	-	(834.371)	-	-	834.371	-	-
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	-	-	(195.346)	-	(195.346)
Ajuste CPC 33 (R1) em 31 de dezembro de 2013.....	-	-	-	230.338	-	-	-	230.338
Proposta de Destinação:								
Reserva estatutária.....	-	-	-	-	111.633	(111.633)	-	-
Juros sobre o capital próprio já distribuídos (3).....	-	-	-	-	-	(196.000)	-	(196.000)
Realização de reservas de lucros a realizar.....	-	-	-	-	(170.126)	170.126	-	-
Dividendos obrigatórios complementares - Nota 24.6 (4).....	-	-	-	-	-	(401.543)	-	(401.543)
Dividendos adicionais propostos - Nota 24.6 (5).....	-	-	-	-	-	(446.534)	446.534	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.975.433	1.929.098	531.519	66.579	368.223	-	446.534	9.317.386

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores em milhares de reais)				
1 CONTEXTO OPERACIONAL (Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram auditados pelos auditores independentes)				
1.1 Contexto Operacional				
A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.				
As ações da Companhia são negociadas principalmente na BM&FBOVESPA S.A. e, desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações ao mercado.				
A CESP - Companhia Energética de São Paulo possui cinco usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço, e uma usina, a de Três Irmãos, que a partir de 18 de abril de 2013 por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 teve sua garantia física alocada no regime de cotas. Ambas as operações somam 57 unidades geradoras, 7.457,3 MW de capacidade instalada e 3.916 MW médios de garantia física de energia (Nota 12.2), representando 6% e 5%, respectivamente, da capacidade instalada e da garantia física de energia do Brasil.				
Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. A produção por usina decorre de despacho efetuado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, podendo ser visualizada no quadro de produção bruta, abaixo:				
	Produção Bruta em MWh			
	2013			
Us				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Valores em milhares de reais)

montante, de modo que se beneficiam de estar praticamente no fim da cascata, tendo apenas a usina de Itaipu à jusante. A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente atuará objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico de que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização - TEO de R\$ 10,54 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1.658, de 26 de novembro de 2013, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014). Durante 2013 vigorou a TEO de R\$ 10,01 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1.403, de 18 de dezembro de 2012).

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 18 de março de 2014. As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas complementares emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

2.1 Base de Elaboração

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações financeiras tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida, seguros e meio ambiente, não foram auditados pelos auditores independentes.

2.2 Moeda Funcional e Conversão de Saldos e Transações em Moeda Estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que a Companhia atua e são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas em que as transações foram realizadas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com vencimento original inferior a 90 dias. Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros "mensurados ao valor justo por meio do resultado", investimentos "mantidos até o vencimento", ativos financeiros "disponíveis para venda". A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Em 31 de dezembro de 2013, a CESP possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de "ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado", "empréstimos e recebíveis".

3.2.1 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em mercado ativo. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- a. Consumidores e revendedores (Nota 7)
- b. Valores a receber - CCEE (Nota 7)

As contas a receber de consumidores e revendedores incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica, registrados conforme os contratos de energia que estabelecem quantidades, preços e forma de reajustes.

3.2.2 Mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros os (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou; (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são Cauções e depósitos vinculados (Nota 11).

3.2.3 Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um exercício menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

3.2.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros e principal;
- Probabilidade de o devedor ter sua falência declarada.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados não creditadas à provisão: Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

A Provisão para Perda Estimada de Créditos é constituída, se necessário, com base na avaliação individual da estimativa de perda, sendo considerada suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos a receber.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um exercício subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado, se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

3.3 Almoarifado

Os materiais em estoque nos almoarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, deduzidos de provisão para redução ao valor de mercado, quando aplicável.

3.4 Investimentos

Os investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para redução ao valor de mercado, quando requerido ou aplicável.

3.5 Imobilizado

A Companhia adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das demonstrações financeiras para IFRS (01/01/2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Companhia fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida dessa mais valia foi registrada na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio líquido.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o exercício de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil-econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil, ajustados por eventuais provisões para *impairment*, e são reconhecidos em "Ganho/Perda na Alienação de Bens e Direitos" na demonstração do resultado.

3.6 Redução ao valor de recuperação de ativos (impairment)

Os bens do ativo imobilizado são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A metodologia de cálculo é como segue:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina, considerado como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente de cada uma das concessões detidas pela Companhia, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;
- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final das concessões, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciados até a data do vencimento da concessão.

3.7 Ativo Contingente

O CPC 25/IAS 37 define Ativo contingente como sendo um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Dada a divergência existente entre o Poder Concedente e a Administração da Companhia em relação ao valor de indenização relativa a UHE Três Irmãos, a Companhia entende que o seu direito em receber o montante de acordo com os seus fundamentos será exercício por medidas judiciais, se necessário. Dessa forma, passa a existir um ativo contingente e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu provisão para ativo contingente ajustando o valor de indenização proposto pelo Poder Concedente (valor incontroverso - Nota 32).

3.8 Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A CESP baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- a. Empréstimos e financiamentos (Nota 13)
- b. Encargos de dívidas (Nota 13)
- c. FIDC's (Nota 14)
- d. Valores a pagar (Nota 15)

3.9 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Programa de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, para o qual as concessionárias de energia elétrica estão

obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esse programa, conforme Lei nº 9.991/00 e Regulamentações ANEEL nº 300/08 e 316/08. Este percentual é recolhido na proporção de 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e 20% para Empresa de Pesquisa Energética - EPE e Ministério de Minas e Energia. O remanescente (40%) é destinado a projetos/programas de P&D da Companhia.

3.10 Provisão para riscos legais

O CPC 25/IAS 37 define provisão como passivo de prazo ou valor incerto e passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Os riscos, nas suas diferentes naturezas jurídicas, foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Companhia e de seus advogados internos e externos, segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável, no montante correspondente aos processos existentes nas datas das demonstrações financeiras. Os que tiveram expectativa de perda possível ou remota são divulgados em nota explicativa.

3.11 Obrigações e provisões para compromissos socioambientais

As obrigações socioambientais são registradas à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e os montantes estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida do ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, exceto se relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no patrimônio líquido. A Companhia tem a opção de distribuir juros sobre o capital próprio, calculados com base na taxa de juros de longo prazo. Tais juros podem ser considerados como parte dos dividendos obrigatórios quando distribuídos. O efeito fiscal dos juros sobre o capital próprio é considerado como despesa de imposto de renda no resultado do exercício, quando declarado.

O imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal vigente na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferido ("imposto diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, considerando uma projeção para 10 anos.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

3.13 Planos de benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP.

A Companhia patrocina planos de benefícios aos seus empregados, na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas à Fundação CESP, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data-base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33/IAS 19.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

A adoção do método crédito unitário projetado, agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final. São utilizadas outras premissas atuariais que levam em consideração tabelas biométricas e econômicas além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação CESP.

Até 31 de dezembro de 2012 os ganhos e perdas atuariais eram registrados imediatamente no resultado do exercício. Em 13 de dezembro de 2012 a CVM editou a Deliberação nº 695/2012, que aprovou o documento de revisão do Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC referente ao pronunciamento CPC 33 - Benefícios a empregados. Este pronunciamento técnico é aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o pronunciamento CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

A partir das demonstrações financeiras do exercício de 2013, com efeito retrospectivo, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser registrados diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório do atuário independente.

Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma, na Companhia, são (i) a eliminação do registro dos ganhos e perdas atuariais imediatamente no resultado e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. Para a Companhia, a aplicação desta norma requer o registro dos ganhos e perdas atuariais no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Companhia deverá ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

Os efeitos desta mudança na política contábil sobre os saldos anteriormente divulgados de 1 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012 estão apresentados na Nota 5. Vale ressaltar que os impactos são para fins de comparabilidade, não havendo efeitos nos atos societários já aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

3.14 Reconhecimento da receita

O Processo de Comercialização de Energia Elétrica ocorre de acordo com parâmetros estabelecidos pela Lei nº 10.848/04, pelos Decretos nºs 5.163/04 e 5.177/04 (o qual instituiu a CCEE), e pela Resolução Normativa ANEEL nº 109/04, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

As relações comerciais entre os Agentes participantes da CCEE são regidas predominantemente por contratos de compra e venda de energia de médio e longo prazo, e todos os contratos celebrados entre os Agentes no âmbito do Sistema Interligado Nacional devem ser registrados na CCEE.

A Companhia opera nos seguintes segmentos de energia elétrica:

3.14.1 Fornecimento de energia

Venda de energia a preço e condições livremente negociados a consumidores livres - grandes consumidores finais que optaram em não adquirir energia dos distribuidores locais.

3.14.2 Suprimento de energia - leilão

Nesse segmento a Companhia vende sua energia às concessionárias de Distribuição, mediante leilões organizados pelo Poder Concedente em contratos de médio e longo prazo.

3.14.3 Suprimento de energia - contratos

Refere-se à venda direta de energia a empresas comercializadoras em contratos livremente negociados e também inclui contratos celebrados com as concessionárias de distribuição com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano, por opção destas, no ambiente regulado.

3.14.4 Energia de curto prazo

A CCEE contabiliza as diferenças entre o que foi produzido, consumido e contratado. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Integram o Mercado de Curto Prazo as quantidades processadas no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia, mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletroenergética do Sistema Interligado Nacional - SIN, de modo que a energia que um agente integrante do MRE deixa de produzir é realizada por outro agente e os volumes são remunerados pela tarifa de otimização de energia, suficiente para cobrir os custos variáveis.

3.14.5 Regime de Cotas

A Portaria MME nº 125 de 17 de abril de 2013, designou a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, na UHE Três Irmãos. A partir de então, a Companhia passou a auferir, provisoriamente, receitas através do regime de cotas, instituído pela Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013.

3.15 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

No encerramento do exercício social e após a dedução dos dividendos intermediários pagos e as devidas destinações legais do lucro líquido ajustado, a Companhia registra, se aplicável, no passivo circulante, o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social.

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios limitados a 10% do capital social. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada: i) o montante destinado para Reserva Legal, ii) a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, e iii) a realização da reserva de lucros a realizar.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio líquido da Companhia.

3.16 Apuração do resultado

As despesas são reconhecidas na demonstração do resultado quando surge um decréscimo, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos futuros benefícios econômicos provenientes da diminuição de um ativo ou do aumento de um passivo.

3.17 Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, descontados a valor presente e acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e cambiais.

3.18 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais Classe A e B e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ações são calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial classe A e B e ordinária de acordo com os dividendos e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

3.19 Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Companhia tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.

3.20 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela CESP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois, de acordo com as IFRS, não é uma demonstração prevista nem obrigatória.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Valores em milhares de reais)

primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda estimada de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.21 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são como segue:

Imposto de renda

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O reconhecimento de imposto de renda diferido ativo requer avaliar se é provável a existência de resultados tributáveis futuros suficientes para realizar tal imposto de renda diferido ativo. A avaliação requer considerar o histórico de resultados tributáveis, expectativas de resultados tributáveis futuros assim como do momento de reversão de diferenças temporárias. Caso a CESP não consiga gerar resultados tributáveis futuros ou se ocorrer uma mudança significativa na estrutura tributária ou no exercício em que as diferenças temporárias serão utilizadas é possível que a avaliação de probabilidade mude podendo requerer a baixa, de parte ou todo, do imposto de renda diferido ativo.

Provisão para riscos legais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Vida útil do ativo imobilizado

As vidas úteis dos bens integrantes do saldo do ativo imobilizado são estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. A Administração revisa as vidas úteis econômicas dos bens anualmente, no final de cada exercício, para validar que essas vidas úteis continuam consistentes para utilização nesse negócio.

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente ativo imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, a CESP realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim da sua vida útil, ou da concessão.

Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livro desse ativo, quando aplicável.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Provisão para perda estimada de créditos

A Administração monitora individualmente os seus recebíveis e registra provisão para perda estimada de créditos para as perdas consideradas prováveis.

Plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) o custo das obrigações com benefícios pós-emprego é determinado atuarialmente usando o método do crédito unitário projetado. A taxa de desconto usada para cálculo da obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados ao valor justo (marcação a mercado).

Nos cálculos atuariais os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como taxas de mortalidade, previsão de crescimento salarial e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas para definição das estimativas utilizadas.

Transações envolvendo a compra e venda de energia no âmbito da CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

4 NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS REVISADAS, JÁ EMITIDAS E AINDA NÃO ADOTADAS

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

Em relação à adoção dos pronunciamentos e interpretações listados abaixo, que passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2013, os mesmos não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2013. São eles:

- CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto - Deliberação CVM nº 694 de 23 de novembro de 2012;
- CPC 45 - Divulgação de participações em outras entidades - Deliberação CVM nº 697 de 13 de dezembro de 2012;
- CPC 46 - Mensuração do valor justo - Deliberação CVM nº 699 de 20 de dezembro de 2012.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 foram impactadas pela mudança de política contábil no registro dos ganhos e perdas atuariais decorrentes do CPC 33 (R1), conforme mencionado nas notas 5 e 19.

5 DEMONSTRATIVOS DECORRENTES DOS AJUSTES APÓS ADOÇÃO DO CPC 33 (R1)

A partir das demonstrações financeiras do exercício de 2013, com efeito retrospectivo, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser registrados diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório do atuário independente.

Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma na Companhia são (i) a eliminação do registro dos ganhos e perdas atuariais imediatamente no resultado e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. Para a Companhia, a aplicação desta norma requer o registro dos ganhos e perdas atuariais no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Companhia deverá ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

Os efeitos desta mudança na política contábil sobre os saldos anteriormente divulgados de 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012 estão apresentados abaixo. Vale ressaltar que os impactos são para fins de comparabilidade, não havendo efeitos nos atos societários já aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

5.1 Reconciliação do balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e dos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2012

Contas	31.12.2012		
	Originalmente Divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO	17.300.019	-	17.300.019
CIRCULANTE	969.263	-	969.263
NÃO CIRCULANTE	16.330.756	-	16.330.756
PASSIVO	7.181.892	-	7.181.892
CIRCULANTE	1.599.558	-	1.599.558
NÃO CIRCULANTE	5.582.334	-	5.582.334
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.118.127	-	10.118.127
Capital social	5.975.433	-	5.975.433
Reservas de capital	1.929.098	-	1.929.098
Ajuste de avaliação patrimonial	1.748.153	-	1.748.153
Outros resultados abrangentes	-	192.557	192.557
Reserva de lucros	465.443	-	465.443
Lucros acumulados	-	(192.557)	(192.557)
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.300.019	-	17.300.019

Contas	31.12.2012		
	Originalmente Divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO	16.889.872	-	16.889.872
CIRCULANTE	1.075.237	-	1.075.237
NÃO CIRCULANTE	15.814.635	-	15.814.635
PASSIVO	7.009.935	-	7.009.935
CIRCULANTE	1.790.097	-	1.790.097
NÃO CIRCULANTE	5.219.838	-	5.219.838
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.879.937	-	9.879.937
Capital social	5.975.433	-	5.975.433
Reservas de capital	1.929.098	-	1.929.098
Ajuste de avaliação patrimonial	1.548.690	-	1.548.690
Outros resultados abrangentes	-	(163.759)	(163.759)
Reserva de lucros	426.716	-	426.716
Lucros acumulados	-	163.759	163.759
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.889.872	-	16.889.872

5.2 Reconciliação da demonstração de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Reconciliação do Resultado	31.12.2012		
	Originalmente Divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.354.005	-	3.354.005
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	-	-	-
Custo com Energia Elétrica	(690.575)	-	(690.575)
Custo com operação	(1.230.096)	356.316	(873.780)
Pessoal	(57.250)	-	(57.250)
Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao plano	(8.877)	-	(8.877)
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19	(342.202)	356.316	14.114
Material	(5.498)	-	(5.498)
Serviços de terceiros	(45.220)	-	(45.220)
Depreciação geração	(768.720)	-	(768.720)
Outras despesas	(2.329)	-	(2.329)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1.433.334	356.316	1.789.650
Despesas operacionais	(478.548)	-	(478.548)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	954.786	356.316	1.311.102
RESULTADO FINANCEIRO	(576.633)	-	(576.633)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	378.153	356.316	734.469
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(230.171)	-	(230.171)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	147.982	356.316	504.298
RESULTADO ABRANGENTE	147.982	356.316	504.298
Lucro básico por ação	0,45	0,97	1,54
Lucro diluído por ação	0,45	0,97	1,54

5.3 Reconciliação da demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Reconciliação do Fluxo de Caixa	31.12.2012		
	Originalmente Divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Lucro antes dos impostos sobre a renda	378.153	356.316	734.469
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Depreciação	775.329	-	775.329
Juros, variações monetárias e cambiais	510.860	-	510.860
Provisão para perda estimada de créditos	24.587	-	24.587
Provisão para riscos legais	97.188	-	97.188
Provisão para desvalorização de investimentos	3.172	-	3.172
Baixa de investimentos	5.000	-	5.000
Baixa de ativo imobilizado	15.555	-	15.555
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19	342.202	(356.316)	(14.114)
Provisão para compromissos ambientais	32.634	-	32.634
Total de ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.184.680	-	2.184.680
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.887.945	-	1.887.945
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.329.004	-	1.329.004
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:			
Aquisições para o imobilizado	(71.893)	-	(71.893)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(71.893)	-	(71.893)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.178.698)	-	(1.178.698)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	78.413	-	78.413
(+) Saldo Inicial	435.112	-	435.112
(-) Saldo Final	513.525	-	513.525
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	78.413	-	78.413

5.4 Reconciliação da demonstração do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Reconciliação do Valor Adicionado	31.12.2012		
	Originalmente Divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Receitas operacionais	3.819.891	-	3.819.891
Provisão para perda estimada de créditos	(24.587)	-	(24.587)
	3.795.304	-	3.795.304
Menos:			
Insumos			
Encargos de uso do sistema de transmissão/serviços do sistema	371.503	-	371.503
Energia comprada	142.464	-	142.464
Serviços de terceiros	111.792	-	111.792
Materiais	10.907	-	10.907
Outros custos operacionais	8.349	-	8.349
	645.015	-	645.015
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.150.289	-	3.150.289
Retenções			
Depreciação	775.329	-	775.329
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	2.374.960	-	2.374.960
TRANSFERÊNCIAS			
Receitas financeiras	46.349	-	46.349
Variações cambiais líquidas	(105.611)	-	(105.611)
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19	(342.202)	356.316	14.114
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	65.553	-	65.553
	(335.911)	356.316	20.405
OUTRAS			
Provisão para riscos legais	(97.188)	-	(97.188)
Outras (despesas)/receitas líquidas	(92.722)	-	(92.722)
	(189.910)	-	(189.910)
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.849.139	356.316	2.205.455
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Remuneração do trabalho (Não inclui INSS)	171.215	-	171.215
Remuneração de administradores	2.537	-	2.537
Entidade de previdência a empregados - contribuição ao plano	8.877	-	8.877
	182.629	-	182.629
Financiadores e alugueis:			
Juros e encargos de dívidas	360.450	-	360.450
Variações monetárias	156.921	-	156.921
Alugueis	7.480	-	7.480
	524.851	-	524.851
Intrasetoriais - Encargos regulamentares:			
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	208.323	-	208.323
Reserva Global de Reversão - RGR	100.289	-	100.289
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	33.504	-	33.504
Taxa de Fiscalização - ANEEL/outros encargos	17.637	-	17.637
	359.753	-	359.753
Tributos e contribuições sociais:			
Federal	633.824	-	633.824
Municipal	100	-	100
	633.924	-	633.924
Acionistas:			
Lucro líquido do período	147.982	356.316	504.298
TOTAL	1.849.139	356.316	2.205.455

5.5 Reconciliação do EBITDA (LAJIDA) do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Reconciliação do EBITDA	31.12.2012		
	Originalmente Divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	147.982	356.316	504.298
Imposto de renda e Contribuição social	230.171	-	230.171
Resultado financeiro	576.633	-	576.633
= EBIT/LAJIR	954.786	356.316	1.311.102
Depreciação	775.329	-	775.329
= EBITDA/LAJIDA	1.730.115	356.316	2.086.431

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras, resumidas no quadro abaixo, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB's, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte das instituições financeiras, de comprá-lo e, do comprador, de revendê-lo no futuro e são remuneradas a 95% e 100% (95% e 100% em 31.12.2012) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM, fundo 95% lastreado em títulos do Tesouro Nacional e 5% em Letra Financeira do Tesouro Estadual, remuneradas a 95% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Caixa	Tipo de Aplicação	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Depósitos bancários à vista		13.997	212	3.367
Aplicações Financeiras				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Valores em milhares de reais)

recolhimento por estimativa, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.

(b) Refere-se a saldo de contribuição social decorrente de recolhimento por estimativa, atualizados pela SELIC, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.

10 OUTROS CRÉDITOS

	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Circulante			
Créditos de alienação de bens e direitos.....	1.610	1.402	974
Créditos diversos (a)	34.631	25.719	17.698
FIDC - conta vinculada	20.824	24.236	26.530
Ordens de projetos - P & D.....	19.934	28.903	34.721
Créditos de diferença quotas de RGR - 2009 (Eletrobrás).....	-	349	349
DAEE - Cessão de créditos (b)	-	29.893	16.486
Outros.....	2.028	1.034	1.082
	<u>79.027</u>	<u>111.536</u>	<u>97.840</u>
Não Circulante			
Créditos de alienação de bens e direitos.....	4.404	2.309	3.066
Bens destinados a alienação.....	1.361	1.361	1.361
DAEE - Cessão de créditos (b)	-	-	15.112
Outros.....	661	1.198	-
	<u>6.426</u>	<u>4.868</u>	<u>19.539</u>
Total	85.453	116.404	117.379

(a) Saldo de créditos com diversas empresas e entidades com as quais a Companhia mantém operações. Para cobrir eventuais riscos na realização de alguns recebíveis, foram constituídas provisões para perda estimada de créditos no montante total de R\$ 31.284 (Nota 8).

(b) Contrato firmado em 30 de novembro de 2011, com o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, para recebimento em 24 parcelas mensais, corrigidas pelo CDI acrescido de juros de 0,3% a.m., referente à cessão de créditos (repasse financeiro), com vencimento final em 30 de novembro de 2013 e liquidado, antecipadamente, em 30 de agosto de 2013.

11 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Circulante			
Cauções e depósitos vinculados			
Depósitos vinculados (a)	-	65.750	-
Não Circulante			
Depósitos Judiciais (b)			
Ações civis.....	160.397	153.118	149.320
Ações trabalhistas - recursais	40.914	35.721	29.507
Ações tributárias	16.832	30.424	32.063
Ações ambientais.....	295.992	303.272	165.469
Outros depósitos judiciais	2.137	-	-
	<u>516.272</u>	<u>522.535</u>	<u>376.359</u>
Cauções			
Depósitos vinculados - CCEE (c)	7.832	29.400	9.860
Quotas subordinadas - FIDC (d)	77.037	76.266	75.820
	<u>84.869</u>	<u>105.666</u>	<u>85.680</u>
	<u>601.141</u>	<u>628.201</u>	<u>462.039</u>
Total	601.141	693.951	462.039

(a) Em 30 de dezembro de 2012, referia-se à aquisição de US\$ 32.2 milhões efetuada em novembro de 2012, utilizada para pagamento de juros dos empréstimos Bônus séries 7 e 8, em janeiro e fevereiro de 2013, respectivamente (Notas 13.2 (3) e 13.3 (5)).

(b) Do total de depósitos judiciais, está relacionado com provisões para riscos legais, em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$ 516.272 (R\$ 522.535 em 31.12.2012; Nota 21);

(c) Crédito caucionado junto à CCEE, em conta mantida no Banco Bradesco S/A;

(d) Crédito caucionado equivalente a quotas pertencentes à CESP, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direito Creditório/FIDC IV - 72 quotas, que só poderão ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente com a liquidação do fundo, com vencimento para maio/2017. O saldo das quotas é ajustado mensalmente pelo valor da cotação de mercado.

12 IMOBILIZADO

O saldo do ativo imobilizado em serviço segregado por natureza de bens, com os comentários contidos nas Notas 12.1 a 12.4 tem a seguinte composição:

	Taxas Anuais Médias de Depreciação %		31.12.2013		31.12.2012		01.01.2012	
	Custo Total	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido		
Em Serviço								
Terrenos.....	393.653	-	393.653	1.082.925	1.059.395			
Reservatórios, Barragens e Adutoras...	2,0%	23.927.676	(16.915.560)	7.012.116	9.604.269	10.137.593		
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1,8%	6.529.420	(5.164.537)	1.364.883	1.859.895	2.007.208		
Máquinas e Equipamentos	1,5%	7.838.117	(6.090.657)	1.747.460	2.072.188	2.280.146		
Veículos	0,9%	6.894	(6.154)	740	339	1.335		
Móveis e Utensílios.....	6,7%	25.653	(19.697)	5.956	8.566	11.425		
		<u>38.721.413</u>	<u>(28.196.605)</u>	<u>10.524.808</u>	<u>14.628.182</u>	<u>15.497.102</u>		
Em Curso								
Terrenos.....	1.895	-	1.895	1.894	1.894			
Reservatórios, Barragens e Adutoras...	125.542	-	125.542	117.909	58.731			
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	51.480	-	51.480	54.528	11.020			
Máquinas e Equipamentos em Manutenção	150.660	-	150.660	191.449	90.497			
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	110.650	-	110.650	108.437	79.787			
Depósitos Judiciais.....	100.333	-	100.333	72.031	91.657			
Outros.....	11.371	-	11.371	7.136	10.318			
	<u>551.931</u>	-	<u>551.931</u>	<u>553.384</u>	<u>343.904</u>			
Total	39.273.344	(28.196.605)	11.076.739	15.181.566	15.841.006			

Em 7 de fevereiro de 2012, a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 474, que estabeleceu as novas taxas anuais de depreciação, para os ativos em serviço outorgado do setor elétrico, determinando que as concessionárias procedessem ao cálculo e à contabilização das novas quotas periódicas de depreciação a partir de 1º de janeiro de 2012. As taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia, para os bens vinculados de geração, são de 2% a 6,67%. Até 2011, vigoraram as taxas anuais de depreciação de 2% a 7,1% (Resolução Normativa ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009).

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado está representada por:

	31.12.2012		Reclassificação/Ativações		Três Irmãos (Nota 32.2)		31.12.2013
	Adições	Depreciação	Baixas	Ativações	Baixas	Três Irmãos	
Em Serviço							
Terrenos.....	1.082.925	-	12.829	(178)	(701.923)	393.653	
Reservatórios, Barragens e Adutoras ...	9.604.269	-	(466.461)	17.183	(2)	(2.142.873)	7.012.116
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.859.895	-	(124.149)	3.997	(239)	(374.621)	1.364.883
Máquinas e Equipamentos	2.072.188	-	(88.612)	73.392	40	(309.548)	1.747.460
Veículos	339	-	(154)	569	(14)	-	740
Móveis e Utensílios.....	8.566	-	(2.563)	396	(328)	(115)	5.956
	<u>14.628.182</u>	-	<u>(681.939)</u>	<u>108.366</u>	<u>(721)</u>	<u>(3.529.080)</u>	<u>10.524.808</u>
Em Curso							
Terrenos.....	1.894	6.065	-	(12.829)	6.765	-	1.895
Reservatórios, Barragens e Adutoras ...	117.909	23.676	-	(16.043)	-	-	125.542
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	54.528	637	-	(3.997)	312	-	51.480
Máquinas e Equipamentos em Manutenção	191.449	10.605	-	(51.771)	377	-	150.660
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	108.437	23.695	-	(20.817)	(665)	-	110.650
Depósitos Judiciais.....	72.031	35.067	-	(6.765)	-	-	100.333
Outros.....	7.136	7.168	-	(2.909)	(24)	-	11.371
	<u>553.384</u>	<u>106.913</u>	-	<u>(108.366)</u>	-	-	<u>551.931</u>
Total	15.181.566	106.913	(681.939)	-	(721)	(3.529.080)	11.076.739

	01.01.2012		Reclassificação/Ativações		Três Irmãos		31.12.2012
	Adições	Depreciação	Baixas	Ativações	Baixas	Três Irmãos	
Em Serviço							
Terrenos.....	1.059.395	-	-	23.530	-	-	1.082.925
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	10.137.593	-	(512.393)	-	(20.931)	-	9.604.269
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2.007.208	-	(135.875)	-	(11.438)	-	1.859.895
Máquinas e Equipamentos	2.280.146	-	(124.769)	26.139	(109.328)	-	2.072.188
Veículos	1.335	-	(182)	38	(852)	-	339
Móveis e Utensílios.....	11.425	-	(2.110)	153	(902)	-	8.566
	<u>15.497.102</u>	-	<u>(775.329)</u>	<u>49.860</u>	<u>(143.451)</u>	-	<u>14.628.182</u>
Em Curso							
Terrenos.....	1.894	7.357	-	(23.530)	16.173	-	1.894
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	58.731	61.046	-	-	(1.868)	-	117.909
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	11.020	2.082	-	-	41.426	-	54.528
Máquinas e Equipamentos em Manutenção	90.497	34.146	-	(17.420)	84.226	-	191.449
Máquinas e Equipamentos em Montagem ...	79.787	19.476	-	(7.792)	16.966	-	108.437
Depósitos Judiciais.....	91.657	2.532	-	-	(22.158)	-	72.031
Outros.....	10.318	4.805	-	(1.118)	(6.869)	-	7.136
	<u>343.904</u>	<u>131.444</u>	-	<u>(49.860)</u>	<u>127.896</u>	-	<u>553.384</u>
Total	15.841.006	131.444	(775.329)	-	(15.555)	15.181.566	

(*) A Companhia procedeu à reclassificação entre contas, em virtude da conclusão da atualização do sistema de controle patrimonial, e, conseqüente reconciliação deste com o saldo contábil.

12.1 Imobilizado em Curso

O imobilizado em curso inclui, principalmente, gastos com modernização, repotenciação de máquinas e equipamentos para o parque gerador. Assim, à vista do CPC 20, a Companhia não efetua capitalização de juros sobre o seu ativo imobilizado em curso, por entender que não possui um ativo qualificável. Inclui ainda saldos de depósitos judiciais no valor de R\$ 100.333 (R\$ 72.031 em 31.12.2012), iniciais e em garantia de ações de desapropriações, envolvendo principalmente a Usina de Porto Primavera e outras demandas de usinas da CESP. A partir de 2009, os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 26.2).

12.2 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração da CESP foram outorgadas por decretos relativos a cada usina à época do início dos estudos e obras de construção, e foram agrupadas em um contrato de concessão assinado em 12 de novembro de 2004, abrangendo todo o parque gerador da Companhia:

Usina Hidrelétrica	Total de Máquinas em Operação	Potência Instalada MW (*)	Garantia Física (*) MW Médio	Entrada em Operação (b)	Prazo de Concessão
Ilha Solteira.....	20	3.444,0	1.731,5	18.07.73	07.07.15
Jupiá.....	14	1.551,2	886,0	14.04.69	07.07.15
Três Irmãos (a) (Nota 1.3)	5	807,5	217,5	28.11.93	18.11.11
Engenheiro Sérgio Motta.....	14	1.540,0	1.017,0	23.01.99	21.05.28
Jaguari.....	2	27,6	14,0	05.05.72	20.05.20
Paraibuna	2	87,0	50,0	20.04.78	09.03.21
	<u>57</u>	<u>7.457,3</u>	<u>3.916,0</u>		(c)

(a) Garantia física fornecida pela Portaria MME nº 32, de 05/03/2013. Para maiores informações, vide Nota 32.
 (b) Data de entrada em operação do primeiro Grupo Gerador.
 (c) Da garantia física da CESP devem ser deduzidos o consumo próprio das usinas e as perdas de transmissão até o centro de gravidade do sistema. Estas deduções variam a cada ano, mas podem ser estimadas em até 3%.

(*) Dados relacionados à potência e energia não auditados pelos auditores independentes.

12.3 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

12.4 Custo atribuído (deemed cost)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICPC 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores justos estimados por avaliadores independentes.

A Companhia entende por valor justo, o valor novo de reposição das usinas, depreciados pelas taxas de depreciação da ANEEL.

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009, o efeito líquido de primeira adoção do custo atribuído para as usinas resultou em um aumento no ativo imobilizado de R\$ 3.553.278, em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 1.208.115 (34%) e na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido de R\$ 2.345.163. Os detalhes estão apresentados a seguir:

Usina	Custo Atribuído Limitado ao		Mais (Menos) Valia
	Valor de Recuperação	Valor Contábil	
Porto Primavera.....	8.917.513	10.912.754	(1.995.241)
Ilha Solteira + Três Irmãos.....	7.780.060	3.326.400	4.453.660
Jupiá.....	1.207.288	275.394	931.894
Paraibuna	141.296	20.905	120.391
Jaguari.....	45.618	3.044	42.574
Total	18.091.775	14.538.497	3.553.278
Impostos diferidos			(1.208.115)
Efeito no patrimônio líquido			2.345.163

Movimentação:

	Imobilizado R\$	Impostos Diferidos Passivos R\$	Patrimônio Líquido
Saldo inicial em 01.01.2009	3.553.278	(1.208.115)	2.345.163
Realização no exercício.....	(300.574)	102.195	(198.379)
Saldo em 31.12.2009	3.252.704	(1.105.920)	2.146.784
Realização no exercício.....	(301.684)	102.573	(199.111)
Saldo em 31.12.2010	2.951.020	(1.003.347)	1.947.673
Realização no exercício.....	(302.303)	102.783	(199.520)
Saldo em 01.01.2012	2.648.717	(900.564)	1.748.153
Realização no exercício.....			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Valores em milhares de reais)

(f) Componentes do resultado do exercício	2013	2012 Reapresentado	2012 Divulgado
Custo de juros sobre a obrigação.....	337.984	329.745	329.745
Rendimento esperado sobre os ativos financeiros.....	(315.177)	(332.499)	(332.499)
(Receita)/despesa do exercício	22.807	(2.754)	(2.754)

(g) Despesa/(Receita) estimada para 2014	2014
Custo dos juros sobre obrigações atuariais	359.699
Rendimento dos investimentos dos ativos do plano.....	(359.836)
Total da receita	(137)

Plano BD - Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997:
 Trata-se de cobertura do Tipo Benefício Definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31/12/97, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade, limitado o salário mensal a 10 vezes o valor da Unidade de Referência - URE, que corresponde ao valor de R\$ 1.031,87 na data da implantação do Plano, atualizado nas mesmas épocas e nos mesmos índices de reajustamento geral de salário concedido pela Patrocinadora, deduzindo-se, dos 70% dessa média salarial mensal real, o correspondente ao valor médio real da Unidade de Referência - URE relativa também aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31/12/97) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31/12/97. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais dessa Cobertura é compartilhada paritariamente entre a Patrocinadora e os participantes (inclusive os assistidos) e, portanto, somente 50% da insuficiência do Ativo do Plano para cobrir o valor presente da obrigação atuarial do Plano será de responsabilidade da Patrocinadora CESP.

(a) Conciliação dos ativos e passivos do Plano	2013	2012
Valor da obrigação atuarial líquida	(394.029)	(528.780)
Valor justo dos ativos dos planos	517.142	559.986
Valor presente da obrigação em excesso ao valor justo dos ativos	123.113	31.206
Efeito da eliminação de ativo líquido ("teto do ativo")	(123.113)	(31.206)
Total do ativo (passivo) líquido	-	-

(b) Movimentação do passivo do Plano	2013	2012
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	(528.780)	(380.409)
Custo dos serviços correntes	(12.287)	(4.427)
Custo dos juros.....	(41.015)	(36.678)
Ganho/(perda) atuarial	176.890	(115.697)
Benefícios pagos	11.163	8.431
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	(394.029)	(528.780)

(c) Movimentação do ativo do plano	2013	2012
Valor justo do ativo do plano.....	559.986	445.559
Contribuição do empregador	5.862	5.154
Rendimento dos ativos do plano	(43.501)	112.001
Benefícios pagos	(11.163)	(8.431)
Valor justo do ativo do plano.....	517.142	559.986

(d) Movimentação do passivo atuarial da CESP	2013	2012 Reapresentado	2012 Divulgado
Saldo do Passivo/(Ativo) Atuarial no início do exercício	-	-	(65.150)
(Receita) despesa do exercício	12.070	3.850	(2.483)
Contribuições pagas pela empresa	(5.862)	(5.154)	(5.154)
Contribuições dos participantes para o plano	(5.958)	(5.703)	(5.703)
Efeito das remensurações reconhecidas em ORA	(250)	7.007	47.284
Saldo do Passivo/(Ativo) Atuarial no final do exercício.....	-	-	(31.206)

(d.1) Efeitos das remensurações reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes	2013	2012 Reapresentado	2012 Divulgado
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de experiência do plano.....	37.183	115.697	-
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de mudança de premissa financeira.....	(214.028)	-	-
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de mudança de premissa demográfica.....	(45)	-	não aplicável
Rendimento dos ativos do plano (superior)/inferior à taxa de desconto	87.198	(68.413)	-
Variação do "teto do ativo".....	89.442	(40.277)	-
Movimento em ORA durante o exercício	(250)	7.007	-

(d.2) Componentes do resultado do exercício	2013	2012 reapresentado	2012 divulgado
Custo de serviço corrente	12.287	4.427	4.427
Custo de juros sobre a obrigação.....	41.015	36.678	36.678
Rendimento esperado sobre os ativos financeiros.....	(43.697)	(43.588)	(43.588)
Custo de juros sobre o "teto do ativo".....	2.465	6.333	-
(Receita)/despesa do exercício	12.070	3.850	(2.483)

(e) Despesa/(Receita) estimada para 2014	2014
Custo do serviço corrente	3.751
Custo dos juros sobre obrigações atuariais	41.065
Despesa com juros sobre o ajuste do "teto do ativo".....	13.247
Rendimento esperado dos ativos do plano	(54.517)
Total da despesa	3.546

19.3 Equacionamento financeiro dos planos de benefícios com a Fundação CESP
 Para equacionar e garantir o fluxo de caixa entre a CESP e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados pela Companhia em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contratos de mútuos e contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possuem cláusula variável, conforme segue:

19.3.1 Contrato de Benefício Suplementar Proporcional Salgado
 Refere-se a saldo de contrato de ajuste das reservas matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao "benefício suplementar proporcional salgado". O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 31 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a. ou o custo atuarial, dos dois o maior. Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ou deduzido do saldo do contrato e as parcelas de amortizações futuras são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

19.3.2 Contrato de Dívida
 Refere-se a saldo de contrato de confissão de dívida de liquidação de retenção de reservas com início em 31 de dezembro de 1997, que previa amortização em 96 parcelas mensais e atualização pela variação da TR e juros de 8% a.a. Ao final de cada exercício contábil da Fundação, compara-se o resultado obtido com o custo atuarial (IGP-DI + 6% a.a.), prevalecendo aquele que apresentar o maior resultado. Em 28 de abril de 2004, ambos os contratos foram repactuados entre as partes, com carência de 24 meses para pagamento do principal e amortização em 143 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006, com vencimento final em 30 de novembro de 2017. Conforme mencionado acima, esses contratos possuem cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representam, na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da CESP é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19. Em 31 de dezembro de 2013, a diferença entre os saldos apresentados desses contratos e o valor do passivo, registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19 é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a CESP e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que são ajustadas anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano). Na essência, os contratos de dívida são considerados garantia para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia e a Fundação CESP.

20 TAXAS REGULAMENTARES / ENCARGOS DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Circulante			
Reserva Global de Reversão - RGR:			
- Quota Mensal (a)	36.860	6.827	6.758
- Diferença de Quotas - 2012 (b).....	18.399	-	-
- Diferença de Quotas - 2011 (c).....	-	2.125	-
- Diferença de Quotas - 2010 (d).....	-	432	5.184
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	32.865	33.435	33.227
Taxa de Fiscalização - ANEEL	1.241	1.190	1.097
Quotas para P&D - FNDCT (e).....	2.636	2.086	2.041
Quotas para P&D - EPE (e).....	1.318	1.043	1.069
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUSD/CUST (f).....	39.799	39.183	39.963
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg (g).....	689	1.090	904
	133.807	87.411	90.243
Não Circulante			
Reserva Global de Reversão - RGR:			
- Diferença de Quotas - 2011 (c).....	-	-	2.125
- Diferença de Quotas - 2012 (b).....	-	18.399	-
- Diferença de Quotas - 2013 (h).....	33.600	-	-
	33.600	18.399	2.125
	167.407	105.810	92.368

- (a) Quota RGR do mês de dezembro de 2013, de R\$ 7.026 acrescida de 7 parcelas de R\$ 4.262, do período janeiro a julho de 2013, conforme despacho ANEEL 3.039, de 3 de setembro de 2013.
- (b) Diferença de quota RGR 2012, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em junho/2014.
- (c) Diferença de quota RGR 2011, reclassificado para quota mensal conforme despacho ANEEL 3.039, de 3 de setembro de 2013.
- (d) Diferença de quota RGR 2010 para pagamento em 12 parcelas, conforme despacho ANEEL nº 504, de 10 de fevereiro de 2012.
- (e) Referem-se às quotas provisionadas do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
- (f) Refere-se aos encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1398, de 17 de dezembro de 2012 e nº 1555 de 27 de junho de 2013, atualizada anualmente.
- (g) Pagamento referente aos encargos de uso do sistema de distribuição - TUSDg, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.591, de 28.08.2013 e 1.641, de 22.10.2013.
- (h) Diferença de quota RGR 2013, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em junho/2015.

21 PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS
 A Companhia possui processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisões para aquelas que são consideradas prováveis. Composição:

	31.12.2012	Movimentação	31.12.2013
	Saldo	Provisão/(Reversão) (-) Pagamentos	Saldo
Trabalhistas			
Ações diversas	191.429	70.679	(24.315)
Cíveis			
Ações diversas	20.202	2.392	(401)
Tributárias			
Ações diversas	1.232	843	(1.051)
Indenizações			
Ações ambientais	493.750	64.863	(7.045)
Ações cíveis.....	742.770	130.613	(2.392)
Desapropriações			
Ações de desapropriações - Usinas CESP	200.971	21.053	(2.451)
Ações de desapropriações - empresas cindidas	291.119	129.298	(6.574)
Soma Indenizações e Desapropriações	1.728.610	345.827	(18.462)
Total	1.941.473	419.741	(44.229)

	01.01.2012	Movimentação			31.12.2012
	Saldo	Provisão/(Reversão) (-)	Pagamentos	Transferências	Saldo
Trabalhistas					
Ações diversas	170.970	37.985	(17.526)	-	191.429
Cíveis					
Ações diversas	22.109	1.935	(104)	(3.738)	20.202
Tributárias					
Ações diversas	27.392	(24.383)	(1.777)	-	1.232
Indenizações					
Ações ambientais	385.755	63.203	(4.847)	49.639	493.750
Ações cíveis.....	844.695	(51.507)	(4.517)	(45.901)	742.770
Desapropriações e indenizações					
Ações de desapropriações - Usinas CESP	142.029	59.551	(609)	-	200.971
Ações de desapropriações - empresas cindidas	226.876	69.955	(5.712)	-	291.119
	1.599.355	141.202	(15.685)	3.738	1.728.610
Total	1.819.826	156.739	(35.092)	-	1.941.473

Os riscos legais, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado a seguir:

Espécie	2013			
	Provável	Possível	Remota	Total
Ações trabalhistas	237.793	97.742	133.501	469.036
Ações cíveis diversas	22.193	156.498	3.812	182.503
Ações tributárias	1.024	35.647	7.820	44.491
Ações ambientais	551.568	1.085.051	1.245.636	2.882.255
Ações cíveis	870.991	2.137.309	1.718.357	4.726.657
Ações de desapropriações - Usinas CESP	219.573	815.790	58.651	1.094.014
Ações de desapropriações - empresas cindidas.....	413.843	1.235	711	415.789
	2.316.985	4.329.272	3.168.488	9.814.745

Em 31 de dezembro de 2013, o valor total pleiteado pelos demandantes nas diversas ações é de R\$ 9.814.745. Nesta mesma data, a provisão total para os riscos judiciais com expectativa de perda provável é de R\$ 2.316.985, sendo que a Companhia possui depósitos judiciais em garantia de processos no montante de R\$ 516.272 (R\$ 522.535 em 31 de dezembro de 2012), referente a ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais (Nota 11) e R\$ 100.287 (imobilizado em curso - Nota 12).

A Administração da Companhia, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir:

21.1 Reclamações Trabalhistas
 Em 31 de dezembro de 2013, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R\$ 469.036. A CESP mantém provisões registradas para enfrentar eventuais obrigações no montante de R\$ 237.793 representadas por 670 ações judiciais. A Companhia mantém depósitos judiciais em garantia de processos, da ordem de R\$ 40.914.

A CESP é ré em 35 processos, cujo risco de perda é avaliado como provável, relacionados à insalubridade/periculosidade, que totalizam R\$ 96.548. O restante dos processos refere-se a diversas ações cuja totalidade é de R\$ 141.245 associados a 635 ações judiciais.

Os processos trabalhistas com expectativa de perda possível totalizam R\$ 97.742 correspondentes a 884 processos, sendo 24 destes relacionados à Lei Estadual nº 4.819/58 que tratam de ações cujos reclamantes pleiteiam principalmente: (i) transferência da folha de pagamento diretamente da Fazenda do Estado de São Paulo; (ii) diferença de complementação de aposentadoria; (iii) devolução do desconto de PSAP; (iv) devolução do desconto previdenciário (11%) decorrente da EC nº. 20/98, no montante de R\$ 30.198. O valor remanescente, de R\$ 67.544, corresponde a 860 processos.

21.2 Ações Cíveis Diversas
21.2.1 Portarias do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE
 A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias nº 38 e nº 45, respectivamente, de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. As ações cujos riscos são avaliados como de perda prováveis e possíveis, em 31 de dezembro de 2013, são R\$ 22.193 e R\$ 8.862 respectivamente.

21.2.2 Ação AES - Sul
 Trata de ação declaratória com pedido de tutela antecipada movida pela AES Sul. Houve liminar autorizando a recontabilização de valores na CCEE em favor da AES Sul. CESP e demais agentes obtiveram liminar afastando recontabilização e liquidação determinadas pelo juízo e passaram a integrar a lide. A CESP já contestou a ação. A AES Sul pleiteia o direito de não optar pelo alívio, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor, sendo a parte da CESP de aproximadamente R\$ 147.636, cujo risco de perda é avaliado como possível.

21.3 Ações Tributárias
 A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias no montante estimado de R\$ 44.491, composto por R\$ 1.024 com expectativa de perda considerada provável, referente a 5 processos judiciais e com depósitos em garantia no montante de R\$ 16.832 (R\$ 30.424 em 31 de dezembro de 2012). Outras 101 ações, classificadas como de perda possível, totalizam R\$ 35.647.

21.4 Ações Ambientais
 A CESP responde a ações ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, proteção de encostas, reserva legal, lençol freático e indenização por perdas econômicas e danos à ictiofauna. A estimativa da soma das ações, com risco de perda avaliado como provável e possível, alcança R\$ 1.636.619 em 31.12.2013, conforme abaixo:

	Provável	Possível	Total
Proteção de encosta.....	158.297	404.904	563.201
Descumprimento de acordo	193.089	352.509	545.598
Parques	164.947	-	164.947
Lençol freático	-	281.609	281.609
Outros.....	35.235	46.029	81.264
	551.568	1.085.051	1.636.619

A Companhia mantém registrado o valor de R\$ 295.992 (R\$ 303.272 em 31.12.2012) em depósitos judiciais referentes a processos ambientais (Nota 11).

21.5 Ações Cíveis - Usinas CESP
21.5.1 Ações de Pescadores
 Existem ações em curso contra a CESP intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total das ações cujo risco de perda é avaliado como provável e possível, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 146.648 e R\$ 460.220 respectivamente, para 233 processos. Considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial, que na maioria dos casos têm sido favoráveis à Companhia, as quais indicam que os valores a serem pagos, quando assim decidido judicialmente são substancialmente inferiores aos pretendidos pelos demandantes.

21.5.2 Ações de Oleiros Ceramistas
 Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 119 ações envolvendo o valor de R\$ 185.722 com avaliação de risco de perda provável e R\$ 343.517 com risco de perda possível em 31 de dezembro de 2013. Os pedidos formulados são diversos, destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados como tempo para manutenção da atividade de oleiro ceramista.

21.5.3 Ações de Inadimplemento Contratual e Outros
 Existem 62 ações em curso contra a CESP que pleiteiam indenização por inadimplemento contratual e outros assuntos relacionados às usinas integrantes do seu parque gerador, sendo constituída provisão de R\$ 496.118 e R\$ 42.503 respectivamente. Existem ainda outras 7 ações de inadimplemento contratual consideradas possíveis que totalizam R\$ 1.197.986 e outros 192 processos no montante de R\$ 135.586.

21.6 Ações de Desapropriações - Usina CESP
 Estão constituídas provisões no montante de R\$ 219.573 para 91 ações de desapropriações envolvendo a formação dos reservatórios de suas usinas, com risco de perda avaliado como provável pelos assessores jurídicos da CESP. As ações de desapropriações com expectativa de perda possível totalizam R\$ 815.790 referentes a 8 processos judiciais.

21.7 Ações Cíveis/Desapropriações - Empresas Cindidas
 Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da CESP), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 é da CESP. Em 31 de dezembro de 2013, o valor pretendido pelos expropriados correspondente a todas essas ações é de R\$ 415.789. A CESP mantém registrada provisão de R\$ 413.843 para as obrigações referentes

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Valores em milhares de reais)

22.2 Outras Obrigações

	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Circulante			
Antecipação de Recebíveis - Consumidores Livres (a)	-	5.813	19.688
Fundação CESP (b)	12.561	13.331	13.122
P&D - Projetos (c)	98.328	97.592	91.349
Parcelamento de Ações de Desapropriações (d)	442	519	36.022
Outros	4.070	3.563	2.495
	<u>115.401</u>	<u>120.818</u>	<u>162.676</u>
Não Circulante			
Reserva Global de Reversão - RGR (reversão/amortização).....	15.481	15.481	15.481
Outros	1.811	-	5.814
	<u>17.292</u>	<u>15.481</u>	<u>21.295</u>
	<u>132.693</u>	<u>136.299</u>	<u>183.971</u>

- (a) Saldos de contratos firmados com consumidores livres em 2005 e 2006, os quais foram amortizados mensalmente com recebíveis de fornecimento de energia.
 (b) Saldo de prestação de contas com a entidade de previdência e inclui principalmente contingência previdenciária com o INSS, com avaliação de risco de perda provável.
 (c) Recursos a serem aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento/P&D, atualizados pela SELIC.
 (d) Refere-se a acordo judicial, para parcelamento de processos de desapropriações de usinas de empresas cindidas (Duke Energy), celebrado em 28.05.2010, para pagamento em 24 parcelas com atualização pela variação do IPC-FIPE e acrescido de juros de 0,5% a.m.

23 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A remuneração da Administração da Companhia em 2013 foi de R\$ 2.556 (R\$ 2.537 em 2012), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R\$ 2.138 (R\$ 2.157 em 2012) e encargos sociais no valor de R\$ 418 (R\$ 380 em 2012).

As transações com partes relacionadas estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

Empresas	Nota	Natureza da Operação	Saldo em 31.12.2013				Acumulado em 2013	
			Ativo		Passivo			Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		
CPTM (a)		Venda de energia	4.049	-	-	-	41.000	
DAEE	10	Cessão de créditos	-	-	-	-	1.689	
Órgãos do Estado de SP (b) ..	10	Cessão de empregados	28.233	-	-	-	-	
EMAE (c)		Aluguel	-	98	-	-	(1.187)	
Eletrobrás	13	Empréstimos	-	5.196	25.362	-	(1.856)	
Eletrobrás	15	Valores a pagar	-	-	-	-	(4.969)	
Fundação CESP	19	Entidade de previdência	-	-	62.915	-	(29.569)	
			Saldo em 31.12.2012		Acumulado em 2012			
SABESP (a)		Venda de energia	9.317	-	-	-	93.762	
METRÔ (a)		Venda de energia	5.002	-	-	-	62.178	
CPTM (a)		Venda de energia	5.366	-	-	-	43.143	
DAEE	10	Cessão de créditos	29.893	-	-	-	3.425	
Órgãos do Estado de SP (b) ..	10	Cessão de empregados	19.750	-	-	-	-	
EMAE (c)		Aluguel	-	88	-	-	(1.058)	
Eletrobrás	13	Empréstimos	-	5.215	30.549	-	(2.714)	
Eletrobrás	15	Valores a pagar	-	45.892	76.384	-	(22.612)	
Fundação CESP	19	Entidade de previdência	-	-	30.954	275.916	(33.322)	

- (a) Termos de aditamentos celebrados com as empresas, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM (controladas pelo Governo do Estado), para fornecimento de energia elétrica, na categoria de consumidores livres, nos termos do mercado livre, determinados pelos agentes reguladores do setor elétrico, a preços de mercado, obtidos em oferta pública.
 (b) Cessão de empregados, mediante ressarcimento, à Secretaria de Energia, Transportes, DAEE e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo.
 (c) Contrato de locação de imóvel (edificações) de propriedade da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (empresa do acionista controlador), que a Companhia utiliza para sua sede e seus escritórios administrativos, com o aluguel mensal atualizado de R\$ 98.

24 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

24.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.558 ações ordinárias, 7.702.726 ações preferenciais classe A e 210.632.389 ações preferenciais classe B. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto social, até o limite máximo de R\$ 17.926.300, mediante deliberação do Conselho de Administração.
 Os principais acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2013, são os seguintes:

Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:	Ordinárias	%	Quantidades de Ações - Em Unidades					
			Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
			%	%	%	%	%	%
Fazenda do Estado de São Paulo	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,19	117.841.549	35,98
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ	1.323.626	1,21	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ..	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	-
Companhia Paulista de Parcerias - CPP	-	-	-	-	13.793.103	6,55	13.793.103	4,21
Outros	2.175	-	-	-	5.500	-	7.675	0,01
	<u>104.038.874</u>	<u>95,30</u>			<u>28.933.769</u>	<u>13,74</u>	<u>132.972.643</u>	<u>40,60</u>
Outros								
Credit Suisse Securities (Europe)	-	-	-	-	12.444.989	5,91	12.444.989	3,80
UBS AG London Branch	-	-	-	-	23.689.084	11,25	23.689.084	7,23
BLACKROCK, INC	-	-	-	-	10.589.915	5,03	10.589.915	3,23
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	37.633	0,03	6.664.526	86,52	-	-	6.702.159	2,05
HSBC Bank PLC London	-	-	-	-	31.319.840	14,87	31.319.840	9,56
The Bank of New York - ADR Department	40.531	0,04	175.147	2,27	-	-	215.678	0,07
Pessoas Físicas	2.709.928	2,48	759.763	9,86	3.493.660	1,66	6.963.351	2,13
Outras Pessoas Jurídicas	2.333.874	2,14	73.557	0,96	100.161.132	47,55	102.568.563	31,32
Outros	6.718	0,01	29.733	0,39	-	-	36.451	0,01
	<u>5.128.684</u>	<u>4,70</u>	<u>7.702.726</u>	<u>100,00</u>	<u>181.698.620</u>	<u>86,26</u>	<u>194.530.030</u>	<u>59,40</u>
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>7.702.726</u>	<u>100,00</u>	<u>210.632.389</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>

Capital social integralizado por ações em R\$ Mil 1.991.811 140.539 3.843.083 5.975.433

24.2 Direitos das Ações

- (a) As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:
 - A prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
 - Dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas;
 - Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
 - Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B;
 - Não terão direito a voto e serão irredutíveis; e
 - Às ações preferenciais classe A, é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.
 (b) As ações preferenciais classe B têm as seguintes características:
 - Direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;
 - Direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos do Estatuto Social;
 - Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;
 - Direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A;
 - Não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e
 - Serão irredutíveis.
 (c) Cada ação ordinária nominativa tem direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.
 (d) Conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (I) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (II) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconversíveis.

24.3 Reservas de Capital

	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio	1.929.098	1.929.098	1.929.098
Saldo remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.	-	-	-

24.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009 o efeito do aumento do ativo imobilizado pela adoção do custo atribuído (Nota 12.4), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". A realização é contabilizada na conta "Lucros acumulados" na medida em que a depreciação e baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

	Imobilizado R\$	Impostos Diferidos Passivo R\$	Patrimônio Líquido R\$
Saldo inicial em 01.01.2012	2.648.717	(900.564)	1.748.153
Realização no exercício	(302.217)	102.754	(199.463)
Saldo em 31.12.2012	2.346.500	(797.810)	1.548.690
Realização no exercício (depreciação)	(276.970)	94.170	(182.800)
Realização no exercício (Nota 32a)	(1.264.198)	429.827	(834.371)
Saldo final em 31.12.2013	805.332	(273.813)	531.519

24.5 Reservas de Lucros

	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Reserva legal	55.616	55.616	48.217
Reserva estatutária	111.633	-	-
Reserva de lucros a realizar (*)	200.974	371.100	417.226
	<u>368.223</u>	<u>426.716</u>	<u>465.443</u>

(*) Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada a proposta de constituição da Reserva de Lucros a realizar.

O Lucro líquido do exercício de 2009, de R\$ 763 milhões, foi fortemente influenciado pelo resultado financeiro positivo de receitas de variações cambiais no montante de R\$ 665 milhões. Deste lucro, a parcela de R\$ 580 milhões referia-se a variações cambiais não realizadas financeiramente, devido à existência de passivos de longo prazo. O reconhecimento dessa receita não implicou em ingresso de caixa e constituiu-se em resultado não realizado. A realização ocorrerá somente por ocasião do pagamento das parcelas de principal dos empréstimos e financiamentos a cada exercício (Nota 13.5).

A Reserva de lucros a realizar foi constituída com base no Parecer de Orientação CVM nº 13/1987 e a Circular CVM/SNC/SEP nº 1/2006, e Inciso II, do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, referente às parcelas de variações cambiais a se realizarem até 2019.

Esta reserva, se não absorvida por prejuízos, será realizada de acordo com o cronograma abaixo, pelo valor das parcelas em cada ano de realização, as quais integrarão a base de dividendos das propostas de destinação de resultados aos acionistas, nos respectivos exercícios sociais, em conformidade com o inciso III, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Composição das parcelas a realizar:

Exercícios	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Parcelas a Realizar	33.405	27.955	31.097	34.593	38.482	35.442	200.974

24.6 Proposta de Destinação do Resultado

Aos acionistas, havendo lucro suficiente para tanto, é assegurada a distribuição de dividendo anual obrigatório correspondente a 10% do capital social.
 Está sendo proposta a destinação do dividendo anual obrigatório, bem como dividendos adicionais, correspondente a 100% do lucro ajustado, conforme abaixo:

	2013	
Prejuízo do exercício	(195.346)	
Destinações:		
Realização de reserva de lucros a realizar (Nota 24.5)	170.126	
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (depreciação)	182.800	
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (Nota 32a)	834.371	
Saldo de lucros acumulados de 2012	163.759	
Soma	1.155.710	
Reserva estatutária (*)	(111.633)	
Lucro ajustado do exercício (saldo para distribuição de dividendos)	1.044.077	
Juros s/capital próprio já distribuídos	(196.000)	
Saldo de lucros acumulados	848.077	
Dividendos obrigatórios complementares	(401.543)	
Dividendos adicionais propostos	(446.534)	
Saldo de lucros acumulados	-	

(*) De acordo com o inciso IV do art. 31 do Estatuto Social, a Companhia pode reter até 20% do lucro após a distribuição dos dividendos obrigatórios, a ser deliberado pela assembleia geral.

	2013	
Lucro ajustado antes da reserva estatutária	1.155.710	
Juros s/capital próprio já distribuídos	(196.000)	
Dividendos obrigatórios complementares	(401.543)	
Base de cálculo para a reserva estatutária (a)	558.167	
Reserva estatutária (a x 20%)	111.633	

A soma dos valores distribuídos a título de dividendos e juros sobre o capital próprio representa 100% do Lucro ajustado do exercício, atendendo ao disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e artigo 32 do Estatuto Social da Companhia.

	2013	
Prejuízo do exercício (a)	(195.346)	Lucro ajustado do exercício (a)
Quantidade de ações (b)	327.502.673	Quantidade de ações (b)
Prejuízo por ação (a / b)	-R\$ 0,59647	Lucro por ação (a / b)
		R\$ 3,18800

	2013	
Dividendos a distribuir (a)	1.044.077	
Quantidade de ações (b)	327.502.673	
Dividendo por ação (a / b)	R\$ 3,18800	

Descrição	2013	
Destinação de dividendos (a)	1.044.077	
Juros sobre capital próprio já distribuídos:		JCP por Ação
ON	62.110	R\$ 0,5689
PNA	14.054	R\$ 1,8245
PNB	119.836	R\$ 0,5689
Total de juros sobre o capital próprio (b)	196.000	
Saldo a distribuir (c = a - b)	848.077	Dividendo por Ação
Dividendos obrigatórios complementares:		
ON	137.071	R\$ 1,2556
PNA	-	R\$ -
PNB	264.472	R\$ 1,2556
Total de dividendos obrigatórios (d)	401.543	Dividendo por Ação
Saldo adicional a distribuir (e = c - d)	446.534	Dividendo Total por Ação
ON	148.845	R\$ R\$ 1,3634550000
PNA	10.502	R\$ R\$ 1,3634100000
PNB	287.187	R\$ R\$ 1,3634510000
Total de dividendos adicionais	446.534	

25 RECEITA

25.1 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's e Atualização de Preços

A CESP mantém contratos com 32 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência dos leilões realizados (Nota 1.2). Esses contratos tem cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Reajustes em 2013	Mês do Reajuste	Produtos						Reajuste no ano (%)
		2006 a 2013	2007 a 2014	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2016	2010 a 2019	
Concessionárias								
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	103,55	117,69	123,17	135,11	176,38	166,24	6,15
Ampla	Março	104,18	118,39	123,91	135,92	177,44	167,23	6,31
Enersul, Cemart, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Engepire e Celpe	Abril	104,67	118,95	124,50	136,56	178,27	168,02	6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Valores em milhares de reais)

	2013	2012
Regime de Cotas		
UHE Três Irmãos.....	60.497	—
Total	<u>60.497</u>	<u>—</u>

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

25.3 Receita Operacional Líquida
 Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita), segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado.

	2013	2012
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receitas c/Energia		
Fornecimento de energia.....	971.845	896.970
Suprimento de energia - Contratos.....	886.356	451.986
Suprimento de energia - Leilões.....	1.628.992	2.123.296
Energia de curto prazo.....	869.123	344.071
	<u>4.356.316</u>	<u>3.816.323</u>
Suprimento de energia regime de cotas.....	60.497	—
Outras receitas.....	3.791	3.568
	<u>4.420.604</u>	<u>3.819.891</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(117.862)	(100.289)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(39.095)	(33.504)
Imposto s/serviços - ISS.....	(118)	(100)
COFINS s/receitas operacionais.....	(295.322)	(272.776)
PIS s/receitas operacionais.....	(64.105)	(59.217)
	<u>(516.502)</u>	<u>(465.886)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>3.904.102</u>	<u>3.354.005</u>

26 CUSTOS E DESPESAS
 Os custos e despesas são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Natureza dos custos e despesas	2013					Total
	Custo com Energia Elétrica	Custo com Operação	Despesas Gerais e Administr.	Outras Despesas Operacionais	Outras (Despesas) Receitas Líquidas (Nota 26.2)	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(183.067)	—	—	—	—	(183.067)
Encargos do sistema de transmissão (nota 26).....	(356.242)	—	—	—	—	(356.242)
Energia comprada (nota 26.1).....	—	—	—	—	—	—
Créditos de COFINS/PIS s/encargos do sistema de transmissão.....	27.865	—	—	—	—	27.865
Pessoal.....	—	(54.915)	(142.607)	—	—	(197.522)
Administradores.....	—	—	(2.442)	—	—	(2.442)
Programa de incentivo a aposentadoria.....	—	(27.948)	—	—	—	(27.948)
Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao plano.....	—	(9.768)	—	—	—	(9.768)
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19.....	—	(25.109)	—	—	—	(25.109)
Material.....	—	(6.808)	(3.776)	—	—	(10.584)
Serviços de terceiros.....	—	(37.334)	(65.338)	—	—	(102.672)
Depreciação.....	—	(675.412)	(5.213)	—	(1.314)	(681.939)
Taxa de fiscalização - ANEEL/ outros encargos.....	—	—	(18.303)	—	—	(18.303)
Aluguéis.....	—	—	(6.836)	—	—	(6.836)
Provisão para riscos legais (Nota 21).....	—	—	—	(73.914)	(324.774)	(398.688)
Provisão ativo contingente - UHE Três Irmãos (Nota 32).....	—	—	—	—	(1.811.718)	(1.811.718)
Provisão para perda estimada de créditos...	—	—	—	(12.021)	—	(12.021)
Reversão provisões para compromissos socioambientais (Nota 22.1).....	—	—	—	—	101.912	101.912
Custos retardatários.....	—	—	—	—	(7.364)	(7.364)
Outras despesas.....	—	(636)	(11.612)	(3.024)	3.864	(11.408)
Total	<u>(511.444)</u>	<u>(837.930)</u>	<u>(256.127)</u>	<u>(88.959)</u>	<u>(2.039.394)</u>	<u>(3.733.854)</u>

Natureza dos custos e despesas	2012					Total
	Custo com Energia Elétrica	Custo com Operação	Despesas Gerais e Administr.	Outras Despesas Operacionais	Outras (Despesas) Receitas Líquidas (Nota 26.2)	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(208.323)	—	—	—	—	(208.323)
Encargos do sistema de transmissão (nota 26.1).....	(371.503)	—	—	—	—	(371.503)
Energia comprada (nota 26.1).....	(142.464)	—	—	—	—	(142.464)
Créditos de COFINS/PIS s/encargos do sistema de transmissão.....	31.715	—	—	—	—	31.715
Pessoal.....	—	(57.250)	(151.787)	—	—	(209.037)
Administradores.....	—	—	(2.537)	—	—	(2.537)
Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao plano.....	—	(8.877)	—	—	—	(8.877)
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19.....	—	14.114	—	—	—	14.114
Material.....	—	(5.498)	(5.409)	—	—	(10.907)
Serviços de terceiros.....	—	(45.220)	(66.572)	—	—	(111.792)
Depreciação.....	—	(768.720)	(5.110)	—	(1.499)	(775.329)
Taxa de fiscalização - ANEEL/ outros encargos.....	—	—	(17.637)	—	—	(17.637)
Aluguéis.....	—	—	(7.480)	—	—	(7.480)
Provisão para riscos legais (Nota 21).....	—	—	—	(15.537)	(81.651)	(97.188)
Provisão para desvalorização FINAM/FINOR.....	—	—	—	—	(3.172)	(3.172)
Provisão para perda estimada de créditos...	—	—	—	(24.587)	—	(24.587)
Provisão para compromissos socioambientais (Nota 22.1).....	—	—	—	—	(32.634)	(32.634)
Ações e indenizações.....	—	—	—	—	(1.053)	(1.053)
Custos retardatários.....	—	—	—	—	(3.969)	(3.969)
Outras despesas.....	—	(2.329)	(3.424)	(2.596)	(51.894)	(60.243)
Total	<u>(690.575)</u>	<u>(873.780)</u>	<u>(259.956)</u>	<u>(42.720)</u>	<u>(175.872)</u>	<u>(2.042.902)</u>

26.1 Energia Comprada e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão

	31.12.2013	31.12.2012
Energia comprada (1)		
CCEE.....	—	142.464
	—	142.464
Uso da Rede Elétrica (2)		
Conexão - CTEEP.....	189	151
Rede Básica.....	356.053	371.352
Total	<u>356.242</u>	<u>371.503</u>

(1) As despesas com energia comprada foram impactadas a partir de outubro de 2012, em função do despacho das usinas térmicas para suprir a insuficiência da produção hidráulica nacional, em decorrência do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

(2) Encargos de conexão e rede básica decorrentes do uso do sistema de transmissão: valores fixados pelas Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.398, de 17 de dezembro de 2012 e nº 1.555 de 27 de junho de 2013.

26.2 Outras (Despesas) Receitas Líquidas

	2013	2012
Depreciação de bens não vinculados.....	(1.499)	(1.499)
Indenizações - ações cíveis usinas CESP.....	—	(829)
Indenizações - empresas cindidas (a).....	—	(224)
Provisões p/Desvalorização FINAM/FINOR.....	—	(3.172)
Provisões ações de desapropriações - empresas cindidas (a).....	(129.298)	(69.955)
Reversões/(Provisões) ações cíveis.....	(130.613)	51.507
Provisão ativo contingente - UHE Três Irmãos (Nota 32).....	(1.811.718)	—
Provisões ações ambientais.....	(64.863)	(63.203)
	<u>(2.136.492)</u>	<u>(81.651)</u>
Custos retardatários (proteção de encostas de reservatórios) (b).....	(7.364)	(3.969)
Despesas com convênios.....	(3.988)	(8.989)
Ganho/(perda) na alienação de bens e direitos.....	6.118	(9.314)
Parcelamento ordinário PIS/COFINS (Nota 16a).....	—	(30.532)
Reversões (Provisões) para compromissos socioambientais (Nota 22.1).....	101.912	(32.634)
Outras (despesas) receitas líquidas.....	1.734	(3.059)
	<u>(2.039.394)</u>	<u>(175.872)</u>

(a) Pelo protocolo de Cisão Parcial da CESP, as obrigações referentes às ações de desapropriações anteriores a 31 de março de 1999, das Usinas incorporadas pelas empresas cindidas, são de responsabilidade da Companhia (Nota 21.7).

(b) Os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, a partir do exercício de 2009 deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 12.1).

27 RESULTADO FINANCEIRO

	2013	2012
Receita		
Rendimentos de aplicações financeiras.....	67.626	34.296
Atualização de quotas subordinadas - FIDC (Nota 11).....	6.725	5.629
Atualização de créditos/recebíveis - DAEE (Nota 10).....	1.689	3.425
Atualização de valores a receber - energia livre (Nota 7.2).....	—	687
Atualização sobre compra de moeda estrangeira.....	45.468	—
Atualização de depósitos judiciais e tributos compensáveis.....	9.068	—
Outras.....	508	2.312
	<u>131.084</u>	<u>46.349</u>
Despesa		
Encargos de dívidas		
Moeda estrangeira.....	(79.089)	(97.975)
Moeda nacional.....	(119.812)	(125.603)
	<u>(198.901)</u>	<u>(223.578)</u>
Outras		
Encargos e atualização s/tributos e contribuições sociais/outras.....	(1.014)	(2.837)
Juros e atualização do contrato ELETROBRÁS (nota 16).....	(4.969)	(22.857)
Atualização de cessão de créditos recebíveis de energia.....	(4.219)	(43.140)
Imposto sobre operações financeiras.....	(999)	(533)
Imposto de renda s/remessa ao exterior.....	(20.515)	(23.524)
Atualização TAC (nota 22.1).....	(1.197)	(2.560)
Despesas c/operações financeiras - FIDC.....	(1.862)	(1.198)
Atualização P&D - projetos.....	(5.687)	(4.962)
Desconto contrato de clientes.....	(4.181)	(23.149)
Outros encargos.....	(15.385)	(12.112)
	<u>(60.028)</u>	<u>(136.872)</u>
	<u>(258.929)</u>	<u>(360.450)</u>

Variações Monetárias e Cambiais Líquidas

Moeda nacional.....	(132.430)	(156.921)
Moeda estrangeira.....	(161.807)	(105.611)
	<u>(294.237)</u>	<u>(262.532)</u>
	<u>(553.166)</u>	<u>(622.982)</u>

Resultado Financeiro..... (422.082) (576.633)

28 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - RESULTADO

A Companhia apura mensalmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação, bem como as variações cambiais líquidas (positivas/negativas) sobre empréstimos e financiamentos, face à opção pelo regime de caixa para tributação dessas variações.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal
 O quadro a seguir é uma conciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social) sobre o lucro fiscal tributável.

	2013		2012	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL)	(251.834)	(251.834)	734.469	734.469
Alíquota vigente.....	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente.....	62.983	22.665	(183.593)	(66.102)
Ajustes para a alíquota vigente:.....				
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Dividendos recebidos.....	1	1	14	4
Juros s/o capital próprio.....	49.000	17.640	28.750	10.350
Constituição de créditos diferidos (complemento).....	43.335	17.339	1.645	9.028
Outros.....	17.661	(1.350)	10.581	(1.908)
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais não constituídos.....	(127.049)	(45.738)	(28.632)	(10.308)
Receita/(Despesa) contabilizada				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Valores em milhares de reais)

ÍNDICES	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
CDI	10,47	13,09	15,71
IGP-M	6,01	7,51	9,02
IPC-A	5,97	7,46	8,96
TJLP	5,00	6,25	7,50
UMBNDDES	3,67	4,59	5,50
LIBOR	0,50	0,63	0,75

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais da saída de caixa, com base no total do serviço da dívida a pagar no curto prazo (janeiro a dezembro/2014), incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, e deduzindo o montante contabilizado na data da atual apuração destas demonstrações contábeis, conforme a tabela abaixo:

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Vinculados às taxas:				
	Variação do CDI	800	4.256	7.684
	Variação do IGP-M	(12)	(5)	2
Moeda Nacional	Variação do IPC-A	(345)	122	603
	Variação da TJLP	-	24	48
Moeda Estrangeira	Variação da UMBNDES	-	7.255	14.666
	Variação da LIBOR	-	3	7
Total		443	11.655	23.010

A Companhia, em decorrência da variação dos índices projetados, teria um acréscimo na saída de caixa de R\$ 443 no cenário provável, de R\$ 11.655 no cenário possível e R\$ 23.010 comparativamente ao fluxo contabilizado no curto prazo. Com base na posição patrimonial e no valor notacional dos instrumentos financeiros em aberto em 31/12/2013, a Companhia adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 31/12/2014 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Impacto Sobre Saldo Devedor

Passivos Financeiros	Risco	Projeção para 31.12.2014			
		Saldo em 31.12.2013	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Moeda Nacional					
CDI	Variação do CDI	784.444	554.941	569.466	583.992
IGP-M	Variação do IGP-M	2.898	-	-	-
IPC-A	Variação do IPC-A	916.819	1.028.623	1.043.976	1.059.328
TJLP	Variação da TJLP	49.595	39.330	39.821	40.313
TAXA FIXA	Sem Risco	30.558	25.370	25.370	25.370
Moeda Estrangeira					
UMBNDDES	Variação da UMBNDES	728.433	639.575	645.441	651.307
LIBOR	Variação da LIBOR	1.527	2.136	2.139	2.142
TAXA FIXA	Sem Risco	32.963	3.063	3.063	3.063
Total		2.547.237	2.293.038	2.329.276	2.365.515

30.4 Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

30.5 Instrumentos Financeiros Derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº 550/2008, de 17 de outubro de 2008, a Companhia informa o que segue:

(a) Política financeira adotada pela Companhia

A Companhia não adota a política de utilizar de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia tem uma dívida aproximada de R\$ 2,5 bilhões em 31 de dezembro de 2013, grande parte reestruturada com instituições financeiras nacionais e internacionais nos últimos anos. Nesse processo de reestruturação, a principal estratégia utilizada pela Companhia para o monitoramento de riscos futuros foi a de substituir grande parte da dívida em moeda estrangeira para dívida em moeda nacional, com o objetivo de reduzir sua exposição cambial ocorrida no passado.

(b) Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras

Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser levadas ao Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia.

(c) Operações de derivativos

A Companhia não contratou nenhuma operação de derivativos até 31 de dezembro de 2013.

30.6 Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2013 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

(b) Valores a Receber

Energia Livre e Energia de Curto Prazo: esses créditos decorrem basicamente de energia livre durante o exercício de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações.

(c) Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição, sendo constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.

(d) Empréstimos, Financiamentos e FIDC

A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, além disso, possui outros passivos financeiros não mensurados ao valor amortizável, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

Nas operações específicas do setor elétrico, financeiras subsidiadas e de renegociação, sem similar no mercado e com pouca liquidez, a Companhia assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil, em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas com diversas instituições financeiras. O valor de mercado de um título, portanto, corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais, como segue:

Passivos	31.12.2013		31.12.2012		01.01.2012	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Moeda Estrangeira						
Medium Term Notes	-	-	(463.814)	(482.657)	(426.991)	(456.342)
Moeda Nacional						
Medium Term Notes	(916.819)	(920.602)	(1.066.773)	(1.087.555)	(999.237)	(1.040.182)
FIDC	(784.444)	(785.733)	(1.002.529)	(1.006.905)	(1.194.358)	(1.192.897)
Total	(1.701.263)	(1.706.335)	(2.533.116)	(2.577.117)	(2.620.586)	(2.689.421)

31 SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidade, conforme demonstrado a seguir:

Tipo	Seguradora	Cobertura	Vencido	Valor Segurado
D&O - Seguro de Administradores	Zurich Minas BrasilSeguros S/A	Responsabilidade civil - D&O	04/2014	2.000
Vida	Bradesco Vida e Previdência	Indenização p/morte ou invalidez permanente de empregados	10/2014	2.100
Riscos Patrimoniais	ACE Seguradora S/A	Máquinas e Equipamentos do Sistema de Geração das Usinas	09/2014	1.235.040
Riscos Patrimoniais	Nobre Seguradora S/A	Máquinas e Equipos. do Sistema de Geração da UHE Três Irmãos	04/2014	72.000

32 ATIVO DISPONÍVEL PARA REVERSÃO

O Ministério de Minas e Energia - MME, na condição de Poder Concedente e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL publicaram os seguintes documentos relativos à UHE Três Irmãos:

- Portaria MME nº 32, de 5 de março de 2013 - define os montantes de garantia física de energia da usina em 217,5 MW (megawatts) médios.
- Portaria MME nº 117, de 5 de abril de 2013 - Aprova os termos e as condições para a prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio de usina hidrelétrica, cuja concessão não tenha sido prorrogada nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, com vistas a garantir a continuidade do serviço.
- Portaria MME nº 125, de 17 de abril de 2013 - Designa a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica da usina. Define que a Prestação do Serviço dar-se-á até a assunção do concessionário vencedor da licitação. Estabelece o Custo da Gestão dos Ativos de Geração - GAG, o qual será utilizado para a definição da Receita Anual de Geração - RAG inicial, bem como aplica à Prestação do Serviço a legislação e a regulamentação relativas à exploração de potenciais hidráulicos, para fins de geração de energia elétrica em regime de cotas.
- Resolução Homologatória ANEEL nº 1.518 de 30 de abril de 2013 - Define a Receita Anual de Geração - RAG da usina para o exercício de 18 de abril a 30 de junho de 2013.
- Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 de 30 de abril de 2013 - Define a alocação de cotas de garantia física da usina, que deverão ser contratadas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica a partir de 18 de abril de 2013.
- Portaria MME nº 214, de 14 de junho de 2013, alterada pela Portaria MME nº 33, de 28 de janeiro de 2014 - determina que a ANEEL deverá promover em março de 2014, direta ou indiretamente, Leilão para Licitação de Concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos e consequente alocação em cotas de sua Garantia Física de Energia e de Potência.

Decorrente dos dispositivos acima e, em especial, da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 de 30 de abril de 2013, em 17 de abril de 2013 ocorreu o término da exploração econômica da UHE Três Irmãos pela venda de sua garantia física de energia pelo regime de preço. A Companhia depreciou a usina até abril de 2013 e a reclassificou pelo valor residual contábil do ativo imobilizado, no valor de R\$ 3.529.080, para a rubrica "Ativo Disponível para Reversão", que será utilizado para confrontar com o valor da indenização por parte do Poder Concedente, conforme detalhamento no quadro a seguir:

Ativo disponível para reversão	2013
Terrenos	701.923
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.142.873
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	374.621
Máquinas e Equipamentos	309.548
Móveis e Utensílios	115
Total	3.529.080

Em 1º de novembro de 2012, o Ministério das Minas e Energia - MME, em conjunto com o Ministério da Fazenda - MF, publicou a Portaria Interministerial nº 580, alterada pela Portaria Interministerial nº 602, de 29 de novembro de 2012, e revisada pela Nota Técnica da Empresa de Pesquisa Energética - EPE nº EPE-DEE-NT-100/2013-r0, de 9 de setembro de 2013 e Ofício ANEEL nº 126/2013-DR/ANEEL, definindo o valor da indenização da UHE Três Irmãos em R\$ 1.717.362, depreciada até março/2013. No quarto trimestre de 2013 foram realizadas diversas reuniões com a participação da Administração e técnicos da Companhia com o Ministério de Minas e Energia - MME e com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Foram discutidos detalhadamente a composição dos valores da usina pelos cálculos da CESP e EPE e esgotados os entendimentos na esfera administrativa. A Administração da Companhia entende que é seu direito em receber o montante registrado e de acordo com os termos de seu Contrato de Concessão, continuará a discutir-lo judicialmente, se necessário. Dada a existência de um ativo contingente e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu provisão de R\$ 1.811.718 mil (valor controverso), ajustando o valor de indenização proposto pelo Poder Concedente (valor incontroverso):

Indenização da Administração	3.529.080
Provisão ativo contingente - UHE Três Irmãos (a)	(1.811.718)
Valor líquido (incontroverso)	1.717.362

(a) Composição da provisão ativo contingente - UHE Três Irmãos

	Demonstração do Resultado		Patrimônio Líquido Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial
	Provisão	Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos	
Parcela do ativo regulatório	547.520	-	-
Parcela da mais valia (IFRS)	1.264.198	429.827	834.371
Provisão ativo contingente	1.811.718	429.827	834.371

32.1 Segregação dos resultados da usina

O planejamento e o projeto da usina Três Irmãos, em sua concepção inicial, consideram uma operação conjunta com a usina Ilha Solteira de forma a otimizar os benefícios energéticos utilizando a hidrologia dos rios Tietê e Paraná. Todos os estudos de Programação Mensal da Operação - PMO e Planejamento Energético Anual - PEN efetivados no Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS consideravam, e, ainda consideram, em seus modelos de simulao as duas usinas como um aproveitamento único (equivalente). Esse benefício  percebido pelas características únicas da sua operao, onde uma soluço física, canal Pereira Barreto, permite a simulao como usina equivalente capitalizando aflúncias dos dois rios. Dessa maneira, a garantia física de energia era atribuída ao Complexo Ilha Solteira/Três Irmãos. Na Câmara de Comercializao de Energia Elétrica - CCEE, a energia era alocada em sua quase totalidade (99,9%)  Usina de Ilha Solteira. Torna-se impraticável a segrego das receitas, despesas e o fluxo de caixa da usina Três Irmãos das demais usinas da Companhia para os exercícios de 2012 e de 2013, pois:

- Os contratos de comercializao de energia no ambiente regulado e livre não foram lastreados por usina, mas sim pelo total do Parque Gerador da empresa.
- A Câmara de Comercializao de Energia Elétrica - CCEE não disponibiliza os dados para contabilizao das sobras e déficits de energia (Energia Secundária, Generation Scaling Factor - GSF, Mecanismo de Realocao de Energia - MRE) por usina.
- A programo de despacho de gerao de energia elétrica determinada pelo ONS considera o complexo UHE Ilha Solteira/UHE Três Irmãos.
- Somente em 05 de março de 2013, através da Portaria MME n 32, o Poder Concedente definiu a garantia física para a usina, no processo de transio para o Regime de Cotas. Até esta data havia uma única garantia física atribuída ao complexo UHE Ilha Solteira/UHE Três Irmãos.

33 EVENTO SUBSEQUENTE

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou em 25 de fevereiro de 2014, o edital de licitação da hidrelétrica de Três Irmãos, a ser efetivada em 28 de março de 2014.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
 JOSÉ ANÍBAL PERES DE PONTES

CONSELHEIROS

ANDREA SANDRO CALABI
 CARLOS PEDRO JENS
 CLÓVIS LUIZ CHAVES

FERNANDO CARVALHO BRAGA
 MARCOS ANTNIO DE ALBUQUERQUE
 MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA

MAURO GUILHERME JARDIM ARCE
 RICARDO ACHILLES
 VALTER NEI RIBEIRO

DIRETORIA

MAURO GUILHERME JARDIM ARCE
 PRESIDENTE, acumulando a
 DIRETORIA DE ENGENHARIA E CONSTRUO

ALMIR FERNANDO MARTINS
 DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAOES COM
 INVESTIDORES

ARMANDO SHALDERS NETO
 DIRETOR ADMINISTRATIVO

MITUO HIROTA
 DIRETOR DE GERAO

MAURO MARQUES
 GERENTE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - CONTADOR - CRC - 1SP253079-O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CESP - Companhia Energética de São Paulo, dando cumprimento ao que dispõem os incisos I, II, VII do artigo 163 da Lei n 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstraes Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, com as alteraes introduzidas pela Lei n 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Normas, Orientaes e Interpretaes emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM compreendendo: Balanços Patrimoniais, Demonstraes do Resultado, Mutaes do Patrimônio Líquido, Proposta da Administrao para destinao do resultado, Demonstraes dos Fluxos de Caixa e Demonstraes do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro

de 2013 e de 2012, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administrao sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e no Parecer dos Auditores Independentes, este Conselho  de opinião que o Relatório da Administrao e as Demonstraes Financeiras estão em condies de serem submetidas  apreciao e aprovao dos Senhores Aionistas.  Parecer.

São Paulo, 18 de março de 2014.

Amancio Acúrcio Gouveia

Emília Ticami

Fábio Alonso

Hélio Pilnik

Manuel Jeremias Leite Caldas

DECLARAO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instruo CVM n 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da CESP - Companhia Energética de São Paulo, sociedade por aes de capital aberto, com sede na Av. Nossa Senhora do Sabará, n 5312, Bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n 60.933.603/0001-78,

declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstraes Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, relativamente às Demonstraes Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros da **CESP - Companhia Energética de São Paulo** São Paulo - SP

Examinamos as demonstraes financeiras da **CESP - Companhia Energética de São Paulo** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstraes do resultado, do resultado abrangente, das mutaes do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

suas operaes e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB."

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes a exercícios anteriores

As demonstraes financeiras da **CESP - Companhia Energética de São Paulo** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram por nós examinadas, sobre as quais emitimos relatório em 19 de março de 2013, com uma opinião sem modificao. Adicionalmente, o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011 (equivalente aos saldos de 1 de janeiro de 2012), também apresentado para fins de comparao, foi originalmente examinado por outros auditores, que emitiram relatório em 22 de março de 2012, com uma opinião sem modificao. Conforme mencionado na nota explicativa 5, em decorrência da nova prática contábil adotada pela Companhia em 2013, as demonstraes financeiras referentes ao exercício de 2012, assim como o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparao, foram ajustadas e estão sendo representadas como previsto na CPC 23 -Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificao de Erro. Em conexão com nosso exame das demonstraes financeiras de 31 de dezembro de 2013, auditamos também o ajuste decorrente da mudança de prática contábil descrita na nota explicativa 5. Em nossa opinião, referido ajuste  adequado, e foi corretamente efetuado, considerando todos os aspectos relevantes. Fomos contratados somente para auditar o ajuste descrito na nota explicativa 5 e não para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011 e, portanto, não expressamos opinião sobre o referido balanço patrimonial.

Demonstrao do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstrao do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administrao da Companhia, cuja apresentao  requerida pela legislao societária brasileira para companhias abertas, e como informao suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentao da DVA. Essa demonstrao foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relao às demonstraes financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de março de 2014

Em nossa opinião, as demonstraes financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posio patrimonial e financeira da **CESP - Companhia Energética de São Paulo** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de

ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S.
 CRC SP-015.199/O

Marcos Antonio Quintanilha
 Contador CRC-1SP132.776/T-1